

15 de Janeiro 2018
Segunda-Feira
Semanário - Ano 2
Nº 92 / kz 400
Director-Geral
Evaristo Mulaza



INTERESSADOS TERÃO DE APRESENTAR NOVAS PROPOSTAS

Escolha de investidor para a nova refinaria encalhada

PETRÓLEO. O Grupo Técnico, criado por João Lourenço para, entre outras prioridades, escolher um investidor para a construção de uma nova refinaria, está bloqueado. Com 30 propostas em cima da mesa, os técnicos não sabem quem e como escolher por falta de um caderno de encargos. Um alto funcionário da indústria assume que a decisão do Presidente foi “precipitada”. Pág. 10



Luís Paulo Monteiro
“Lei da probidade deve ser revista”

O bastonário da Ordem dos Advogados de Angola defende que o país deveria ter leis próprias para combater a corrupção e “não copiadas de outros países, por causa dos nossos altos níveis de corrupção”. Em entrevista ao VALOR, o novo representante dos advogados critica Portugal por não respeitar os acordos judiciais no ‘caso Manuel Vicente’. Págs. 4 a 7



PRESSÃO AO GOVERNO

Empresários exigem alterações à Lei do Investimento Privado

Vários empresários nacionais juntaram-se para exigir alterações à Lei do Investimento Privado (LIP) pelos “bloqueios que coloca”, especialmente, ao investidor externo. Uma das exigências passa pela redução do capital mínimo exigido ao investidor estrangeiro. A outra passa pela redefinição da partilha de ações entre nacionais e estrangeiros. Pág. 14

Kwanza descarrila no paralelo

O anúncio da aplicação do novo modelo cambial provocou reacções imediatas no mercado paralelo. Em menos de uma semana, o kwanza perdeu cerca de 15% para o dólar, a moeda norte-americana que, entretanto, foi substituída oficialmente pelo euro como a referência para as operações no mercado oficial de câmbio. Pág. 20

Moedas AKZ USD 171.3 (+2,7) ▲ EUR 205.6 (+2,6%) ▲ LIBRA 232.4 (+3,0%) ▲ YUAN 26.3 (+2,7%) ▲ RAND 13.8 (+2,9) ▲

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



BONS EXEMPLOS

O Ministério da Agricultura e Florestas anunciou a alteração das regras de exportação de madeira, com o objectivo de garantir que o dinheiro das vendas entre, de facto no país. No essencial, a partir do próximo mês de Maio, quem quiser exportar madeira terá de comprovar, previamente, em como a mercadoria foi paga pelo importador. A decisão junta-se, no fundo, ao conjunto das medidas que vêm sendo tomadas no sentido de diversificar as fontes de divisas para o país. É, por isso, uma decisão, no todo, acertada e que deve ser necessariamente replicada em vários outros sectores e/ou produtos.

As rochas ornamentais são dos exemplos mais flagrantes. Tal como a madeira, o mármore e o granito, só para citar estes, tornaram-se num dos alvos preferenciais dos exportadores nos últimos três anos. Mas o que atraiu os empresários para as rochas não foi propriamente a motivação pelo lucro. Foi antes um dos caminhos encontrados para se contornar o bloqueio no acesso às divisas no mercado interno. Os dinheiros resultantes dessas exportações ficavam, por conseguinte, no exterior.

Na era Valter Filipe, o Banco Nacional de Angola declarou-se atento ao problema e anunciou rondas de diálogos com os exportadores para, de forma pe-

dagógica, incentivá-los a trazer as divisas ao país. E, em jeito de garantias, assegurou aos empresários que os bancos receberiam ordens para que permitissem o acesso livre às divisas a quem trouxesse o dinheiro para casa.

Passado aproximadamente um ano, o Banco Nacional de Angola não voltou a pronunciar-se sobre a efectivação das regras, muito menos sobre o impacto que eventualmente tal orientação terá produzido sobre o esforço de captação de divisas.

Seja como for, com o já referido exemplo do Ministério da Agricultura e Florestas, é seguramente o momento para se voltar a verificar todas as potenciais oportunidades. A verdade é que a crise cambial aguçou o engenho. De modo que os 'esquemas' de exportação para se deixarem lá fora divisas que

deveriam ter entrado no país foram além das rochas e da madeira. Quase tudo o que se exporta entrou nas contas.

Mas, como já prometido no passado, é razoável que quaisquer medidas no sentido de pressionar os empresários-exportadores tenham as devidas contrapartidas. A mais óbvia é, de facto, a garantia de que quem exporta acede aos seus recursos em moeda externa de forma privilegiada. Em tempo de crise, não faz qualquer sentido situar em igualdade de circunstâncias o empresário que coloca divisas no país com a sua actividade exportadora e o outro que depende exclusivamente das reservas em moeda externa do Banco Nacional de Angola. Entre todos os argumentos possíveis, é também uma questão de justiça.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira

Editor Online: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes

comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721;

Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade,

Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510,

222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

08

3 PERGUNTAS A...



Francisco Viana,

Presidente da CEA

Para quando está agendada o 1.º Congresso da produção nacional?

Era para ser o ano passado, mas, devido ao processo eleitoral, tivemos de transferir para este ano. Vai acontecer em Março.

O que pretende com o evento?

Congregar a classe empresarial. Estarão presentes centenas de confederações e associações empresariais, grandes e pequenos empresários, bem como membros do executivo e corpo diplomático. As universidades e até músicos vão estar presentes para se discutirem as formas de alavancar a produção nacional. Desta forma, podemos poupar divisas. Por exemplo, com a produção nacional, já é possível fazer o cabaz da cesta básica. Mas também promover as exportações como minerais, madeira, entre outros.

E qual é o problema identificado?

São vários, há a necessidade de se melhorar as infra-estruturas. O Estado tem de comprar aos produtores nacionais para incentivar a produção nacional e há também a falta de justiça no sistema bancário. Há conflitos de interesse, como banqueiros que priorizam financiamentos para as suas próprias empresas.

TERÇA-FEIRA

O MPLA assumiu a legislação para a realização das primeiras eleições autárquicas como uma das principais acções deste ano na agenda política do partido. A posição saiu da 15.ª reunião do Bureau Político do MPLA que analisou “vários assuntos relativos ao país e à vida interna do partido”, sob a direcção de José Eduardo dos Santos.

QUARTA-FEIRA

O Presidente da República exonerou a administração do Fundo Soberano de Angola (FSDEA), liderada por José Filomeno dos Santos, tendo nomeado Carlos Alberto Lopes para presidir à instituição.

QUINTA-FEIRA

O banco russo VTB está a negociar com o Governo a “reestruturação” da dívida contraída pelo Estado avaliada em cerca de 1.300 milhões de euros, confirmou o presidente daquela instituição financeira.

SEXTA-FEIRA

As ligações aéreas para Cabinda tiveram um corte de 31% graças à subvenção estatal atribuída à TAAG. A viagem Luanda/Cabinda/Luanda, de ida e volta, em classe económica, passou a custar 27.000 kwanzas contra os anteriores 39.328 kwanzas.

SÁBADO

A unidade da Polícia Fiscal, no Moxico, apreendeu 5,9 milhões de kwanzas no ano passado em posse ilegal de nacionais e estrangeiros, informou o superintendente Fernando Tchiara. O valor apreendido representa uma redução de 13 milhões, face ao confiscado em 2016.

DOMINGO

O Fundo de Apoio Social (FAS) de Benguela vai concluir, entre Janeiro e Fevereiro, a distribuição de 278 ‘kits’ de trabalho a igual número de beneficiários, formados entre Agosto e Setembro do ano passado, nas mais variadas áreas de negócios.



SEGUNDA-FEIRA

O Presidente da República, João Lourenço, concedeu uma conferência de imprensa aberta a 150 jornalistas nacionais e internacionais. Na entrevista, com duração de cerca de uma hora, apenas foram permitidas 20 perguntas, ficando a maioria com questões por colocar. O modelo da conferência foi inédito na história da política nacional.



COTAÇÕES



EUROPA MANTÉM CRESCIMENTO

Os principais índices europeus mantiveram a tendência de ganhos da primeira semana do ano, apesar do registo negativo do dia 10. No dia 12, contribuiu consideravelmente para a subida a formação da coligação de governo na Alemanha, após os líderes do bloco conservador da chanceler Angela Merkel e os sociais-democratas terem chegado a um acordo após semanas de impasse.



PETRÓLEO ATINGE MÁXIMO

Depois de terminar a primeira semana do ano em ‘sinal vermelho’, o petróleo termina a semana de 12 de Janeiro com o máximo, desde que os preços desceram até menos de 50 dólares por barril. O Brent, depois de atingir o preço de 70 dólares, terminou a semana a ser negociado por 69,83 dólares.

Grande Entrevista

LUÍS PAULO MONTEIRO, BASTONÁRIO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DE ANGOLA,

“A Lei da Probidade Pública deveria sofrer uma revisão”



O líder dos advogados de Angola afirma que a lei em vigor não sanciona as condutas de improbidade e defende, por isso, a criação “urgente” de uma legislação que seja capaz de combater os actuais altos níveis de corrupção, mas ajustada à realidade angolana. Critica Portugal por não respeitar acordos, no ‘caso Manuel Vicente’; promete implementar um exame nacional para aferir a qualidade dos futuros advogados, e quer criar uma caixa de previdência social para a classe.

continuar com a defesa das prerrogativas dos advogados que passam pelas garantias e pelos direitos que os advogados têm consagrados, não só na Constituição, mas também na legislação da advocacia. Pretendemos melhorar a condição social dos advogados, com a criação de uma caixa de previdência social dos advogados. Resumidamente, essas serão as principais linhas de força que temos para este mandato que começa em 2018 e estende-se até 2020.

Por António Nogueira

Está há sensivelmente um mês à frente da Ordem dos Advogados de Angola (OAA). Quais são os principais desafios a atingir durante o seu mandato?

A Ordem existe há 21 anos e, durante esse período, já realizou

oito eleições que são realizadas de três em três anos. Sou o quinto bastonário. Portanto, conhecemos a casa. Fazemos parte dela desde a sua fundação. E temos um lema de campanha, que é ‘Advogado valorizado, cidadão respeitado’. Portanto, os principais desafios passam exactamente pela dignificação da profissão. Pretendemos uma melhoria na advocacia. Vamos fazer uma revisão

do modelo de estágio de acesso à advocacia. Vamos implementar um exame nacional. Ou seja, para se ser advogado em Angola, terá de se passar por este exame nacional da Ordem dos Advogados.

O que pretende, de facto, com a implementação desse exame? Este exame será uma espécie de aferição das competências para ser ou não advogado. Pretendemos

Estes desafios que elencou são os grandes problemas com que se confrontam actualmente os advogados, em Angola?

Não! Agregaria a estes desafios os verdadeiros problemas que os advogados têm. O primeiro dos quais

“ Devido aos altos índices de corrupção instalada no país, a solução legislativa a adoptar nunca poderia ser uma cópia de outras leis, mas sim criar-se uma lei ajustada ao combate da corrupção com o circunstancialismo do nosso próprio país. ”

é o respeito das prerrogativas dos advogados que, no fundo, têm que ver com a dignificação da profissão da advocacia. São essas prerrogativas que, principalmente, os órgãos do Estado têm de respeitar para que o advogado possa exercer o direito de defesa do cidadão e das empresas.

O novo Governo, liderado pelo Presidente João Lourenço, assumiu como um dos principais desafios o combate à corrupção. Como advogado, qual é a avaliação que faz sobre a actual Lei da Probidade Pública, que é um dos mecanismos para que se atinja esse desiderato?

A Lei da Probidade Pública deveria, com brevidade, sofrer uma revisão pontual. Aliás, as várias leis que foram pensadas e aprovadas antes da entrada em vigor da Constituição deveriam estar também sujeitas a um procedimento semelhante.

A Lei da Probidade Pública é uma lei que não tem os requisitos que, para o caso do nosso ordenamento jurídico, se impõem. Por exemplo, se um servidor público, no final do seu mandato, levar para casa os bens do Estado, essa lei não diz quais são as consequências. Só por aí, justifica-se uma revisão dessa Lei da Probidade Pública, porque a mesma não sanciona, de forma criminal, os actos de improbidade. Depois, a lei fala em abuso do poder e não existe, no ordenamento jurídico-penal angolano, nenhuma lei a tipificar e a penalizar o que é o abuso do poder. Em direito penal, abuso da autoridade e abuso de poder não é a mesma coisa. Em direito penal, não pode existir um crime sem uma lei anterior vir dizer que aquele comportamento é um crime. Por isso é que se diz “Nullum crimen sine lege”, ou seja “não há crimes sem lei”. Portanto, a lei da probidade não sanciona, não tem uma penalidade para as condutas de improbidade. Daí o nosso ponto de vista de que, devido aos altos índices de corrupção instalados no país, a solução legislativa a adoptar nunca poderia ser uma cópia de outras leis, mas sim uma lei ajustada ao combate à corrupção com o circunstancialismo do nosso próprio país.

Outra questão incontornável envolve a justiça portuguesa e o

A lei fala em abuso do poder e não existe, no ordenamento jurídico-penal angolano, nenhuma lei a tipificar e a penalizar o que é o abuso do poder.

O que estamos a assistir é que nitidamente não há da parte do Estado português o cumprimento do acordo que o próprio Estado subscreveu.

antigo vice-presidente da República, Manuel Vicente. As autoridades angolanas defendem que o caso deveria ser transferido para Angola, mas Portugal mantém a posição de julgar o processo no seu território. Como a OAA olha para este assunto,?

Faz parte do código de ética e deontologia, quer dos profissionais ligados à advocacia em Angola, quer os profissionais ligados à actividade em Portugal, que dos advogados não devem comentar processos pendentes ou que estão a tramitar na justiça. Há excepções, mas a regra é que os advogados não devem comentar sobre aspectos que têm que ver com o fundo dos processos. Eu também não o vou fazer. Mas vou pronunciar-me sobre os acordos de



Manuel Tomás © VE

cooperação jurídicos e judiciários que existem entre Angola e vários países. Angola tem acordos, por exemplo, com Cuba, Namíbia e existe também um acordo de cooperação jurídico ou judiciário entre Angola e Portugal. E esse acordo baliza, de forma geral, como se devem resolver as questões, em termos processuais criminais, quando estão envolvidos cidadãos de um e de outro país.

O que prevê esse acordo?

Esse acordo prevê, que quando existem portugueses em Angola com tramitação de processos em Portugal, ele (o acordo) deve ser aplicado. O mesmo processo ocorre em situação contrária. Ou seja, o Estado pode requerer que seja encaminhado para o país de

origem da nacionalidade do cidadão envolvido no processo judicial. E, quando o Estado assim procede, com base nesse acordo, o outro Estado deve cumprir com o acordo. O que estamos a assistir é que nitidamente não há da parte do Estado português o cumprimento do acordo que o próprio Estado subscreveu. Esta é uma questão prática que tem que ver com esse acordo de cooperação jurídica ou judiciária. E daí decorrem, depois, várias consequências. É que se põe em causa o próprio acordo de cooperação porque há um Estado que se recusa a cumprir o próprio acordo que subscreveu. Em termos gerais, falando da legislação que existe, não entrando em termos processuais, é o que penso que se deve

passar para o cidadão perceber o que exactamente se passa nesse momento na relação entre os dois países que, a meu ver, deveria ser do plano estritamente do acordo de cooperação jurídico ou judiciário, mas que, infelizmente, tem estado a transformar -se de âmbito diplomático e político.

De Portugal vêm, no entanto, notícias de que este caso deverá mesmo ir a julgamento...

Como é que você vai julgar um processo sem que haja réu? Nesse caso, não há ainda réu. Não foi constituído arguido no processo. Portanto, é um paradoxo.

Ainda em relação ao novo Governo, terá havido, de alguma forma, actos inconstitucionais com a exoneração de titulares de cargos afectos aos órgãos de inteligência e segurança interna e da Polícia Nacional que, ao abrigo da Lei das Chefias Militares, se encontravam, de algum modo, protegidos?

Essa lei, que tem que ver com as chefias militares, da Polícia Nacional, dos órgãos de inteligência e segurança interna, veio estabelecer e uniformizar a duração e a cessação do cargo. A lei fala, salvo erro, em quatro anos. Mas é uma lei que é aprovada ‘in quorum’, porque está estabelecida na Constituição permite que se faça o que foi feito. Ou seja, que se faça uma lei que estabeleça que as chefias têm de ter um mandato de quatro anos. Agora, há legislação atinente infraconstitucional que permite que se façam as exonerações. Estou a referir-me, por exemplo, à lei nº. 2/93 de 26 de Março que permite que se nomeiem e que se façam exonerações. Portanto, do nosso ponto de vista, não há nestes casos qualquer inconstitucionalidade.

E em relação ao prazo do mandato do juiz presidente do Tribunal Supremo. A lei fala, por exemplo, em sete anos ininterruptos. Mas o que recentemente se assistiu, em Angola, é que este cenário foi interrompido...

Essa matéria já é adversa à anterior, porque a Constituição efectivamente define o período de mandato dos juizes-presidentes dos tribunais superiores.

Continuação na página 6

Grande Entrevista

PUB

TRANSCOOP

Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Continuação da página 5

E a própria Constituição tem um princípio universal chamado de inabilidade. Este princípio quer dizer que, durante o mandato, os magistrados, quer juízes, quer procuradores, não podem ser removidos após a posse, salvo por interesse público ou a pedido do próprio magistrado. Se, para o caso concreto que aponta do venerando juiz-presidente do Tribunal Supremo anterior, ter ele próprio pedido ou ter sido submetido a um processo de interesse público, aí cai na previsão legal. Mas, por ser de interesse público, quem estiver ligado ao poder judicial deveria ter conhecimento. E nós (OAA) não temos conhecimento de que tenha existido esse processo. Daí que existam estas dúvidas ou inquietudes relativamente à interrupção do mandato do presidente do Tribunal Supremo e a sua nomeação para o Tribunal Constitucional.

Matéria também decorrente desta é relativamente aos outros tribunais superiores, cujos presidentes, ainda em funções, têm os mandatos além do tempo previsto na Constituição. São matérias constitucionais e que todos nós devemos respeitar. Decorre também disso o facto de que, quando os juízes dos tribunais superiores jubilarem, ou seja se aposentarem, a pessoa que se aposenta não trabalha mais. Mas o que temos estado a assistir é que os juízes, que pertenceram a determinados tribunais superiores, estão a concorrer às vagas de juiz- conselheiro dos tribunais superiores. Portanto, isso leva também a questionar quais são os métodos ou requisitos dos novos concursos para os magistrados. A OAA pensa que os exemplos devem vir de cima e, a nível do poder judicial, tem de se trabalhar para se dar credibilidade ao que se está a fazer. Essas situações que estão a surgir criam muitas dúvidas e inquietações, não só dos funcionários ligados ao poder judiciário, como da própria sociedade.

Quer dizer que estamos perante actos inconstitucionais?

Não podemos dizer que estamos perante actos inconstitucionais, como tal, porque muitos deles não foram ainda totalmente praticados. Mas estamos perante situações que afrontam a Constituição.

Quantos membros actualmente fazem parte da OAA e em que pé



Manuel Tomás © VE

está o processo de actualização de quotas, uma pretensão anunciada ainda durante o mandato do anterior bastonário?

Presentemente, a Ordem tem inscritos 3.033 advogados estagiários e 1.947 advogados com cédulas admitidos. Em relação às quotas, esta é matéria que temos de submeter à Assembleia-geral para os membros da Ordem definirem se deverá haver actualização ou não do valor em vigor.

Está satisfeito com o actual número de membros da OAA?

Em termos de profissionais forenses, somos a maior, no país. Portanto, há mais advogados do que juízes, há mais advogados do que pro-

curadores. Contudo, o país ainda carece de mais profissionais para que determinadas províncias como, por exemplo, Zaire, Uíge, Cunene possam ter estabelecido advogados. São províncias que têm menos de cinco advogados.

E dentro da estratégia que está estabelecida na Ordem como pensa alterar esse quadro?

A OAA tem por função auto-regular a classe. Ou seja, fazer a inscrição dos associados. A Ordem não tem por função colocar advogados nas províncias. O advogado é um profissional liberal e estabelece-se onde existem rendimentos. O advogado, para colocar em funcionamento um escritório, tem muitos custos, desde

“ A assistência judiciária está também prevista na nossa Constituição, mas não temos tido apoio nenhum do Estado. ”

A OAA pensa que os exemplos devem vir de cima e, a nível do poder judicial, tem de se trabalhar para se dar credibilidade ao que se está a fazer. Essas situações que estão a surgir criam muitas dúvidas e inquietações.

Não podemos dizer que estamos perante actos inconstitucionais, porque muitos deles não foram ainda totalmente praticados. Mas estamos perante situações que afrontam a Constituição.

PERFIL

Luís Paulo Monteiro é licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, e é advogado subscritor da acta de constituição da Ordem dos Advogados de Angola (OAA), acto ocorrido em 1996. Estudou direito desportivo para agente FIFA em Belo Horizonte, Brasil. Possui formação avançada em matéria de controlo da constitucionalidade, pela Unidade de Formação Jurídica e Judiciária (UNIFOJ) da Universidade de Coimbra, Portugal. Membro da União Internacional dos Advogados, é igualmente o actual segundo vice-presidente da União dos Advogados de Língua Portuguesa (UALP), cargo que concilia com o de bastonário da Ordem dos Advogados de Angola (OAA) que ocupa desde o início deste ano para um mandato de três anos.



a instalação, custos fixos, pessoal de apoio, mobiliário, arrendamento do espaço... Tudo isso é suportado individualmente pelo próprio profissional. Daí que também exista essa retracção na abertura de mais escritórios pelo país. Os advogados estão mais estabelecidos ao longo do litoral onde efectivamente as condições económico-financeiras são mais favoráveis.

Algo de que já se falou muito, no passado, prende-se com aqueles profissionais que exercem a actividade de forma ilegal. Qual é o posicionamento da OAA?

Felizmente, com a entrada em funcionamento da Lei da Advocacia, no ano passado, as coisas ficaram

mais bem estabelecidas, porque a Lei da Advocacia vem exactamente pôr regras nessa matéria, ou seja, no exercício legal da advocacia. A lei é clara. Diz, por exemplo, que só pode exercer a advocacia quem estiver inscrito na Ordem. Quem não estiver inscrito, quer seja nacional, quer seja estrangeiro e praticar actos de advocacia, estará a incorrer em exercício ilegal da profissão. E a lei diz mais: os estrangeiros que vierem a coberto de protocolo de cooperação com nacionais só podem ficar no território nacional durante 30 dias.

A questão relativa à assistência judiciária levantou também, no passado, várias inquietações por parte dos membros da OAA devido

ao que se chamou de falta de apoio do Estado. Como é que está a situação actualmente?

Infelizmente, essa é uma realidade que se mantém. A assistência judiciária está também prevista na nossa Constituição, mas não temos tido apoio nenhum do Estado. A assistência judiciária visa fundamentalmente permitir o acesso ao Direito e aos tribunais e a defesa dos direitos e garantias do cidadãos economicamente carentes, em que o Estado aparece a subvencionar esta assistência judiciária que é prestada pelos advogados. Sucede que a Ordem, nos últimos três anos, não recebeu nenhum valor do Estado para essa matéria relativa à assistência judiciária. Mas, mesmo assim, a Ordem continua a defender os pobres. Só a delegação da OAA do Kuando-Kubango, que é das mais pequenas, recebe entre cinco e 10 cidadãos diariamente no âmbito da assistência judiciária. Portanto, é só para ver o nível da procura.

O senhor ascendeu recentemente a segundo vice-presidente da União dos Advogados de Língua Portuguesa (UALP). Como está a ser essa experiência?

É uma associação das ordens de nove países que constituem a CPLP. A UALP realizou a sua assembleia-geral a 5 de Janeiro e elegeu o bastonário da Ordem dos Advogados do Brasil para presidente. A Ordem dos Advogados do Brasil tem, por exemplo, mais de um milhão de advogados. É a terceira maior Ordem do mundo. À sua frente, só estão os Estados Unidos da América e a Índia. E depois há mais dois vice-presidentes que são nomeadamente a bastonária de Cabo-Verde, na qualidade de primeira vice-presidente, e Angola, através do bastonário da Ordem, é o segundo vice-presidente. A UALP funciona principalmente para questões atinentes a formações entre os Estados-membros; emitir opiniões sobre a legislação a nível da advocacia dos Estados-membros. Portanto, estamos a falar de Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Brasil, Portugal e Macau. Nós defendemos agora a entrada, na UALP, de mais dois Estados que fazem parte da CPLP que são, no caso, o Timor Leste e a Guiné-Equatorial.

PUB

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Economia/Política

'CASO MANUEL VICENTE' AGITA RELAÇÕES ENTRE ANGOLA E PORTUGAL

Em risco, mas “sem rupturas”

DIPLOMACIA. Últimas declarações das autoridades angolanas, sobre o 'Caso Manuel Vicente', agudizam as relações entre Angola e Portugal. Mas o diplomata Ramos da Cruz não acredita em rupturas e confia no bom senso.

Por César Silveira

M

anuel Vicente passou de uma das personalidades angolanas mais influentes em Portugal para ser

um centro de discórdia entre os dois países devido à diferença no entendimento sobre o processo judicial que corre em Portugal contra o antigo vice-Presidente da República, acusado de corrupção.

O julgamento está marcado para a próxima semana e poderá repre-

sentar uma ruptura nas relações entre os dois países, considerando as declarações do Presidente da República. “Portugal tomará, a seu devido tempo, conhecimento das posições que Angola vai tomar”, ameaçou João Lourenço durante a entrevista colectiva que concedeu, na semana passada, a jornalistas nacionais e estrangeiros. “O que é que é preciso fazer para que as relações voltem aos bons níveis do passado recente? Apenas um gesto. Esse gesto é remeter o processo para Angola, é satisfazer o pedido de Angola para que as autoridades judiciais angolanas tratem do processo”, reforçou João Lourenço, acrescentando que “a responsabilidade está do lado de Portugal. Como se costuma dizer, a bola não está do nosso lado, está do lado de Portugal”.

Portugal mantém a posição.



“A história diz-nos que, mesmo no momento mais difícil (por altura da guerra), em que a UNITA tinha um grande espaço em Portugal e Angola tinha política externa para derrubar os espaços da UNITA não se foi muito contundente.”

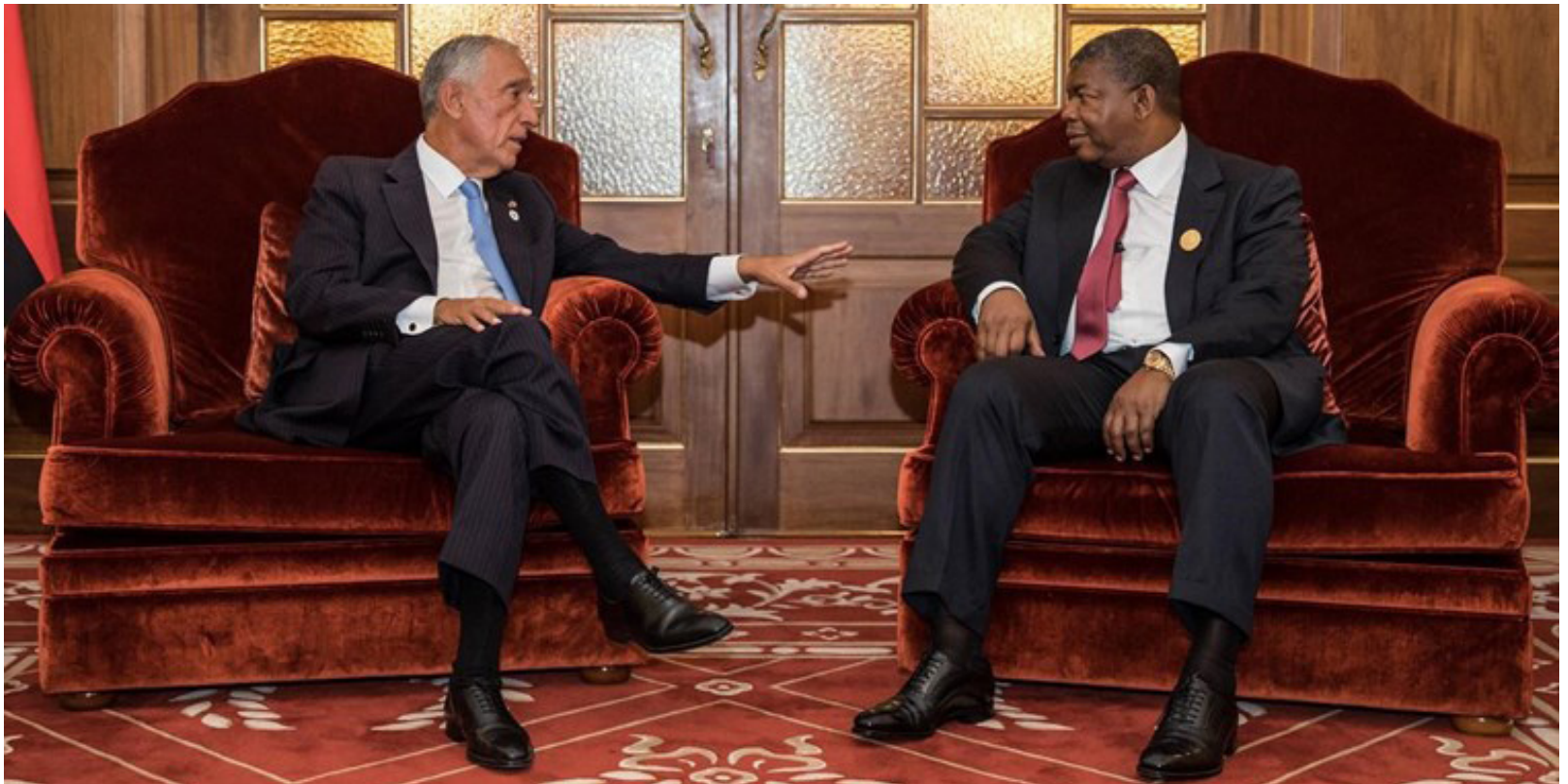
As autoridades judiciais negam o envio do processo e o governo português repete a ideia de que não pode interferir na decisão judicial, porque “existe uma separação de poderes, entre o político e o judicial que não pode ser posto em causa”.

O diferendo justifica questionar o futuro das relações entre os dois países.

Grande parte das sensibilidades acredita que, apesar do tom duro que caracteriza as últimas declarações de João Lourenço, é impossível que as relações entre os dois se tornem piores do que se encontram actualmente.

Especialista em Relações Internacionais, Francisco Ramos da Cruz defende que a rigidez nas posições é “um recurso que se usa no sentido de pressionar a outra parte”. “O objectivo é simplesmente este porque, nas relações internacionais, a convenção de Viena é bastante clara. Mesmo em situações de guerra, há canais que permanecem abertos que depois permitem as partes encontrarem-se e existir negociação até chegar à paz. O importante é que estes canais estejam abertos”, defende. Francisco Ramos da Cruz, que chegou a ser adido militar em Portugal, também se coloca na posição daqueles que defendem a necessidade de as partes “considerarem as relações históricas, culturais e sentimentais”, sublinhando que Portugal “passou a ser o país que muitos angolanos escolheram como segunda casa e vice-versa”. “Muitos têm residência, trabalharam e constituíram fortes laços com este país que já ultrapassa o pleno de relações inter-estatais. Quem tem residência ou laços familiares não vai deixar de ir a Portugal porque, a nível diplomático, há um incidente”, sublinha.

O antigo diplomata tem a certeza de que “é quase impossível as relações se degradarem mais do que já estão”. “Não se vão degradar muito mais, porque já se ficou pelo diálogo, já foi feita aquela omissão que, do ponto de vista diplomático, é quase ofensiva na tomada de posse do Presidente da República, perante a presença do presidente português que foi muito ovacionado. A história diz-nos que, mesmo no momento mais difícil (por altura da guerra), em que a UNITA tinha um grande espaço em Portugal e Angola tinha política externa para derrubar os espaços



da UNITA não se foi muito contundente. A minha sugestão é que não se vá além das palavras que significam muito para colocar a pressão do outro lado e que já foi feito.”

O DIA D...

Por outro lado, Francisco Ramos da Cruz contraria a corrente dos que acreditam que o dia do início do julgamento poderá representar o fim das relações entre os dois países. “Não creio que venha a constituir o ponto de ruptura. A pressão será mais ao nível político e diplomático. Será mais determi-

nante o fim e não tanto o início. Se terá alguma condenação ou não”.

Inúmeras vezes, por outro lado, defendem que a contundência com que Angola tem estado a abordar a situação poderá fragilizar a sua posição na relação com Portugal, caso não coloque em prática o que está a prometer no caso de não ver satisfeita a sua pretensão.

“Senti uma certa diferença no discurso do ministro das Relações Exteriores relativamente ao discurso do Presidente da República. O Presidente foi mais diplomático”, sublinha Ramos da Cruz.

REPATRIAMENTO EM RISCO?

Algumas vozes defendem que uma eventual crise entre os dois países poderá representar dificuldade de Angola no plano de repatriar os capitais angolanos no estrangeiros visto que é em Portugal que está parte destes capitais. No entanto, Ramos da Cruz tem outra ideia: “Aí já estamos a cingir-nos na Lei Internacional e o Direito Internacional sobrepõe-se ao Direito Interno. E aí há o Direito da União Europeia que luta pela transparência e contra a lavagem de dinheiro. Não acredito que Portugal possa utilizar como arma de arremesso contra Angola. Alias, é exactamente neste contexto que se investigou Manuel Vicente. Por outro lado, também é do interesse de Portugal repatriar quanto mais não seja para cobrar os impostos inerentes também para a salvaguarda da sua balança comercial.”

Por outro lado, grande parte dos empresários, tanto portugueses como angolanos, acredita que, mesmo que a crise diplomática venha agravar-se “um pouco mais”, as partes saberão proteger os ganhos económicos”. “Poderia haver algumas dificuldades, mas não tantas ao ponto de se acabar com tudo o que se conseguiu ao longo dos anos”, salienta o empresário português Luís Caetano.

Francisco Ramos da Cruz sublinha que “quem compra precisa tanto

1,5

Mil milhões de euros, valor das importações angolanas de Portugal em 2016

722

Milhões de euros, valor das exportações angolanas para Portugal em 2016.

BALANÇA COMERCIAL				
	2014	2015	2016	2017 (Jan/Out)
Importações	3,177.9	2,099.1	1,132.2	1,503.5
Exportações	1,605.8	1,142.3	809.8	722.3
EMPRESAS PORTUGUESAS QUE VENDEM PARA ANGOLA				
	9,431	7,465	5,521	
TAXA DA CONTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS DE ANGOLA NA HOTELARIA PORTUGUESA				
	5,93%	4,65%	2,43%	2,41%
STOCK DO INVESTIMENTO DE PORTUGAL EM ANGOLA				
	4,646.8	4,124.8	3,721.8	3,686.9 (Set)
Stock do investimento de Angola em Portugal				
	1,664.3	1,702.0	1,353.0	1,792.5

FONTE: AICEP

Unidade: milhões euros

de quem vende como quem vende precisa tanto de quem compra”.

OS NÚMEROS DAS RELAÇÕES ENTRE OS DOIS

Os números das relações económicas entre os dois países têm sido afectados pela crise em Angola, mas estão longe de mostrar a perda de importância.

Economia/Política

PRECIPITAÇÃO NO PROCESSO

Falta de cadernos de encargos embaraça escolha de nova refinaria

PETRÓLEO. Grupo de trabalho tem até Março para escolher os parceiros entre as mais de 30 propostas. Construção da refinaria do Lobito será efectiva, enquanto a do Namibe poderá ser suspensa.

Por César Silveira

A

inexistência de um caderno de encargos está a ser o principal embaraço do grupo de trabalho, cria-

do pelo Presidente da República, João Lourenço, para, até Março, escolher as propostas de construção de novas refinarias.

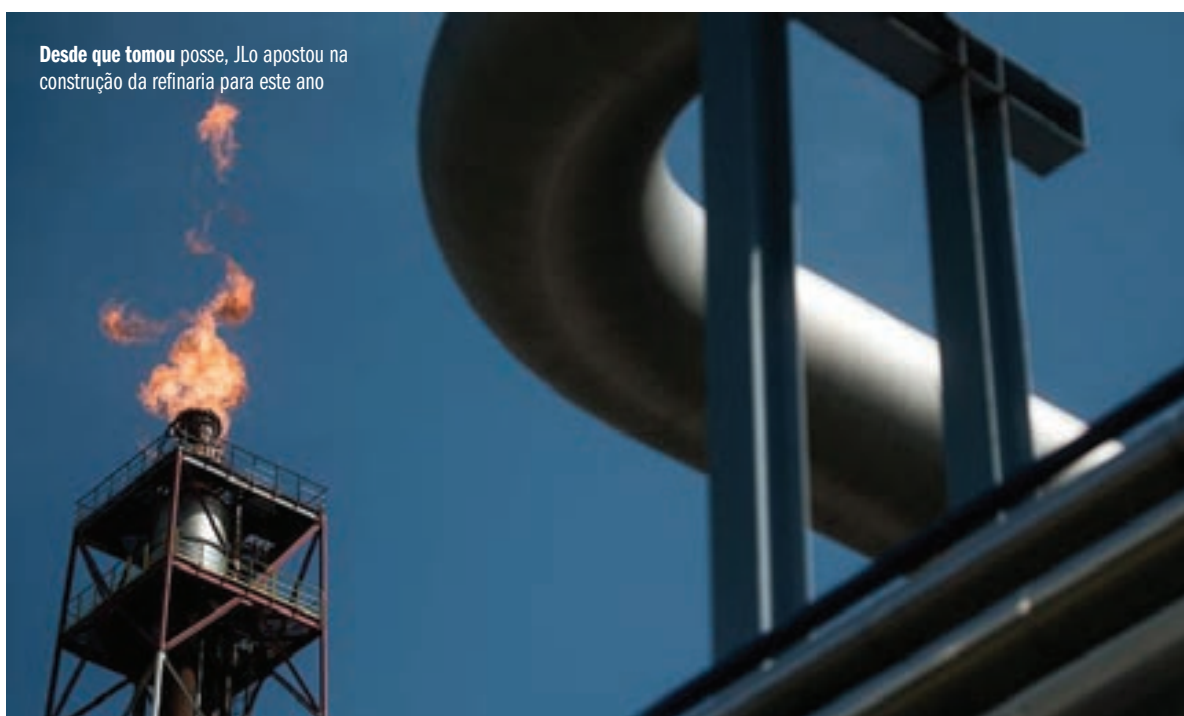
Segundo apurou o VALOR, existem sobre a mesa mais de 30 propostas, suficientes para que o grupo pudesse considerar estar em presença de “uma dor de cabeça saudável”.

No entanto, a falta do documento orientador sobre o que o país pretende transforma o elevado número de propostas em “problemas, sobretudo por existirem muitas opções boas”, segundo um funcionário sénior da Sonangol que acompanha o processo.

“A análise vai ser difícil, porque as propostas não se submetem ao caderno de encargos que um concurso requer para, mais facilmente, ser comparável às várias ofertas. Foram feitas por livre e espontânea vontade das empresas interessadas e existem propostas muito díspares”, adiantou.

A fonte acredita que a solução passa por “corrigir a falha inicial”, criando o caderno de encargos que será submetido às empresas para que estas voltem a enviar as respectivas propostas, respeitando os pilares do referido caderno.

“Acredito que o prazo será alargado pela necessidade de criação



Desde que tomou posse, JLo apostou na construção da refinaria para este ano

170

Milhões USD, custo médio mensal do défice interno de produtos refinados

do caderno de encargos. É indispensável [o caderno de encargos], porque diz qual é a intenção do dono sobre o tamanho e outros parâmetros e uniformiza as propostas em termos de padrão”, especifica a fonte para quem a falta do caderno de encargos mostra que o Executivo não esperava por várias propostas de investidores internacionais em tão pouco tempo.

Em Novembro de 2017, por altura da tomada de posse da administração da Sonangol, liderada por Carlos Saturnino, João Lourenço ordenou que se trabalhasse para que, “tão logo quanto possível”, o país passasse a contar com uma ou mais refinarias. “O que pretendemos é que o país tenha refinaria ou refinarias, para que a actual fase que vivemos, de importação de derivados de petróleo, seja atirada para o passado”, referiu o PR. Para João Lourenço, não fazia sentido que um país pro-

MEMORIZE

- **Aprovada em Março de 2017** e com uma capacidade prevista de produzir 400 mil barris por dia, a construção da Refinaria do Lobito deverá ser suspensa por motivos de viabilidade económica.

ductor de petróleo e com elevados níveis de produção continuasse a viver quase que exclusivamente da importação dos produtos refinados. Por isso, Lourenço chegou a considerar mesmo a possibilidade de a refinaria ser construída pelo Estado em parceria com privados.

Também em Novembro, o PCA da Sonangol garantiu que, ainda no primeiro trimestre deste ano, a empresa tomaria a decisão

“com quem discutir, com quem negociar e com quem trabalhar para a refinaria de grande porte”.

REFINARIA DO NAMIBE EM ‘STANDBY’

O VALOR apurou que a reactivação do projecto de construção da Refinaria Lobito é uma forte possibilidade pelas infra-estruturas já existentes. Iniciada em 2011 com capacidade projectada para tratar 200 mil barris por dia e conclusão prevista, inicialmente, para este ano, a construção deste projecto foi suspensa em Agosto de 2016 pela Sonangol.

“A medida aplicada prevê a revisão criteriosa do desenvolvimento, faseamento e financiamento deste projecto e resultou não apenas da adversa conjuntura económica actual, em particular no sector petrolífero, como também da não materialização de alguns dos pressupostos

originais que suportaram o seu sancionamento”, justificou, na altura, a petrolífera, sublinhando estar “convicta de que o projecto da Refinaria do Lobito é estratégico para a empresa e para o país dado o elevado deficit nacional na produção de refinados”.

Quanto à refinaria do Namibe, segundo soube o VALOR, existe uma forte possibilidade de ser suspensa. Aprovado em Março de 2017 e com uma capacidade prevista de produzir 400 mil barris por dia, o projecto deverá ser suspenso por motivos de viabilidade económica. “A sua construção está aprovada, mas dificilmente uma refinaria daquele tamanho será rentável, sei que estão a ponderar esta possibilidade”, garantiu a fonte.

Estima-se em pouco menos de cinco milhões de toneladas a necessidade anual de produtos refinados dos, sendo que apenas 20% desta procura é garantida pelo mercado interno, com o país a gastar cerca de 170 milhões de dólares mensalmente para cobrir o défice. Especialistas defendem que o estudo a ser feito deva ter em atenção a necessidade do mercado nos próximos 30 anos, já que o principal cliente de uma refinaria deve ser o mercado interno.



Optimismo contagia.

Faça da sua confiança o caminho para um feliz 2018.

Uma mensagem do BPC para todos aqueles que, como nós, acreditam que, com confiança e visão de futuro, podemos superar as dificuldades e realizarmos todos os nossos sonhos.



Cuidar do presente, assegurar o futuro.

Economia/Política

MADEIREIROS FACTURARAM MAIS DE 56 MILHÕES DE DÓLARES EM 18 MESES

Exportar madeira só depois de comprovado o pagamento

EXPLORAÇÃO FLORESTAL. Novas regras de exploração e exportação de madeira, a serem implementadas a partir de Maio, vão exigir comprovativo de compra. Só depois a mercadoria poderá sair do país.

Por Isabel Dinis

O Ministério da Agricultura e Florestas vai exigir, a partir de Maio, que o exportador de madeira comprove o pagamento prévio, alterando as regras em vigor.

Até agora, um empresário podia exportar livremente e receber o pagamento no exterior, impedindo, muitas vezes, que o dinheiro entre no sistema financeiro nacional. Com a alteração do quadro, “só vai ser permitida a saída da madeira perante depósito prévio de pagamento ou perante uma carta de crédito”, reforça o secretário de Estado para os Recursos Florestais do Ministério da Agricultura, André Moda.

A implementação de novas regras justifica-se pelo crescente interesse pelo negócio. A madeira passou a ser um dos principais produtos de eleição para a exportação, permitindo aos exportadores acesso às divisas.

No entanto, o mercado tem sido marcado por inúmeras irregularidades como a alegada presença, em número considerável, de estrangeiros, maioritariamente chineses, na exploração, contrariando o que está previsto na lei.

Recentemente, em conferência de imprensa, André Moda responsabilizou os empresários nacionais pela presença de estrangeiros na produção de madeira, mas também admitia a carência de fiscais para fazer face às irregularidades. “A exploração por estrangeiros tem sido feita com licenças trespasadas por nacionais, acto proibido na lei



Em 2017 exportou madeira no valor de 56,3 milhões de dólares

Principais destinos da madeira angolana entre Janeiro de 2016 e Junho de 2017

China	121.207 toneladas	43,2%
Vietname	48.842 toneladas	17,4 %
Portugal	31.671 toneladas	11,2%
Turquia	26.325 toneladas	9,3%.

de bases e florestas. Apenas podem ser detentores de uma licença para exploração empresários nacionais e ou empresas de direito angolano”, recordava o governante.

Ao VALOR, proprietários de licença aceitam a crítica de André Moda, admitindo que cedem a exploração a estrangeiros, mas justificam a atitude com a falta de apoios bancários.

O governante acredita que o novo plano vai conferir “maior confiança aos agentes económicos, maior grau de controlo, fiscalização aos recursos florestais e a consequente redução das empre-

100

Mil dólares, valor da facturação diária dos exportadores nacionais de madeira

56,3

Milhões de dólares, valor da facturação em 18 meses da exportação de madeira

sas intervenientes no processo”.

A aplicação do modelo será reforçada com a construção de entrepostos de fiscalização e comercialização para receber a madeira de vários pontos de produção.

3 MILHÕES USD/MÊS

Dados da Direcção Nacional do Comércio Externo, organismo do Ministério do Comércio, indicam que, entre Janeiro de 2016 e Junho de 2017, Angola exportou 280.518 toneladas de madeira, o que resultou numa facturação de cerca de 56,3 milhões de dólares, uma média de três milhões de dólares por mês (ver quadro).

Já os dados do Ministério da Agricultura (que, por norma, usa medida de volume) mostram que, em 2015, foram produzidos 163.371 metros cúbicos e, em 2016, 170 mil. As exportações passaram de 31.313 para os 125.189 metros cúbicos no mesmo período.

MEMORIZE

● **ANGOLA** possui uma superfície florestal de mais de 69 milhões de hectares; 4,5 mil milhões de metros cúbicos de reservas e uma capacidade anual de corte de 500 mil metros cúbicos de madeira, representando 55,6% da superfície territorial.

Angola possui uma superfície florestal de mais de 69 milhões de hectares; 4,5 mil milhões de metros cúbicos de reservas e uma capacidade anual de corte de 500 mil metros cúbicos de madeira, representando 55,6% da superfície territorial. Conta também com um potencial de florestas plantadas, constituídas por eucaliptos, pinhos e outras espécies que ocupam uma superfície de cerca de 140 mil hectares.

O SERVIÇO NACIONAL da Contratação Pública terminou, na sexta-feira, uma formação sobre “actualização da fase de formação dos contratos e noções da fase de execução”, destinada a técnicos, chefes de departamento e directores da Sonangol Distribuidora.



UM DERRAME provocou a interrupção do carregamento de gás natural da Angola LNG para licitação no mercado de Londres, na semana passada, segundo confirmação da empresa.



UNITA defen- de autarquias em 2020

O presidente da UNITA defendeu a realização das eleições autárquicas dentro de dois anos por ser “um dos melhores modelos” para a solução dos principais problemas de Luanda.

Isaias Samakuva, que falava no fim de um encontro com o governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, propõe a aceleração das condições necessárias para as autarquias.

Do ponto de vista legislativo, disse que a UNITA acredita que, durante este ano, a Assembleia Nacional pode completar o pacote de leis que regulamentam e conduzem o país à implementação das eleições autárquicas.

Samakuva acredita que o próximo ano seja o período da criação do órgão que deve conduzir as eleições, da preparação de verbas para a sua materialização e do início do processo de campanha, entre outras questões.

Durante na audiência foram tratadas questões relacionadas com o património da UNITA, em Luanda.

Isaias Samakuva afirmou que o seu partido não pode ficar indiferente aos problemas de Luanda, por ter “responsabilidades acrescidas”.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA LICENCIOU 2,7 MIL MILHÕES USD ENTRE 2012/2017

Investimentos caíram 40% no ano passado

PRODUÇÃO. No passado, foram licenciadas 300 unidades com investimentos de 344,8 milhões de dólares. Números representam uma redução de mais de 40%, face à média anual dos quatro anos anteriores.

Por Isabel Dinis

67%

Proporção do parque industrial registado pelo Ministério da Indústria em todo o país

O Ministério da Indústria licenciou, entre 2012 e 2017, investimentos no valor de 2,7 mil milhões de dólares dos quais 344,8 milhões correspondem a 2017 em que foram licenciadas 300 unidades.

Os dados são relativos às grandes e médias unidades e foram revelados, ao VALOR, pela directora do Cadastro e Licenciamento, Olga Afonso.

Os números indicam uma redução de 41,4% no valor do investimento em 2017, face à média anual dos quatro anos anteriores, estimada em cerca de 588,8 milhões de dólares, enquanto a média anual do quinquénio 2012/2017 está avaliada em 540 milhões de dólares.

A maioria dos licenciamentos foi para o sector alimentar e Luanda lidera na preferência dos investidores. Em 2017, acolheu 90% dos investimentos, que perspectivavam a criação de 31.224 postos de trabalho.

A Direcção de Cadastro licenciou cinco mil indústrias em todo o país, o que representa cerca de 67% do parque industrial. O censo, que o Ministério realizou em 2014 e publicou em 2015, permitiu identificar a existência de 7.467 unidades industriais, sendo

85% privadas e 63% com a situação jurídica irregular.

“Apesar da crise económica e financeira, o processo de licenciamento não parou e os potenciais investidores não focaram inibidos”, analisa Olga Afonso, que prevê, para este ano, a mesma dinâmica nos investimentos.

BUROCRÁTICO E MOROSO

O licenciamento das unidades industriais foi tido, nos últimos anos, como sendo bastante burocrático e moroso. Para melhorar o quadro, em 2017, o Ministério da Indústria criou uma plataforma na ‘web’, denominada Sistema de Licenciamento Industrial (SILAI), que permite a atribuição de alvarás provisórios e definitivos.

Em 2016, tornou-se o processo menos oneroso com a redução da tabela de taxas e emolumentos, através de um decreto conjunto dos Ministérios das Finanças e da Indústria. De 2015 ao ano passado, com os emolumentos e taxas, a direcção nacional arrecadou mais de 80 milhões de kwanzas. O valor foi destinado em 40% para o Orçamento Geral do Estado, 40% para a entidade licenciadora e 20% para o Fundo de Apoio Social dos Trabalhadores do Ministério da Indústria (FASTMIND).



Olga Afonso, director do Cadastro e Licenciamento.

Economia/Política

LEI DO INVESTIMENTO PRIVADO

Empresários pressionam João Lourenço

INVESTIMENTO. Presidente da República já criou uma comissão para analisar as propostas dos empresários que pretendem alterar as regras de investimento. Mais incentivos e atrair mais estrangeiros entram na lista das sugestões.

Por José Zangui

A Lei do Investimento Privado pode ser alterada por pressão dos empresários que, na audiência com o chefe de Estado, apresentaram um conjunto de propostas.

O Presidente da República já criou uma comissão multisectorial com empresários e outros organismos do Estado, cuja articulação é liderada pelo ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior.

Ao VALOR, os empresários, no essencial, defendem mudanças nas barreiras colocadas aos investidores estrangeiros; exigem mais incentivos ao empresariado nacional para conferir competitividade, e pedem a criação de um guiché único do investidor, no modelo da extinta Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP).

Frederico Crespo, empresário franco-angolano, pensa que Angola “tem de ter um rumo” e que “não pode andar para frente e para trás”. Lembra que o modelo defendido agora pelos empresários foi o que funcionou na ANIP, “que era uma espécie de guiché único, depois chegou-se à conclusão que não funcionou e foram criadas as unidades técnicas para o investimento privado”.

O empresário entende que “o mais importante não é sugerir o que se deve alterar”, mas antes clarificar o que o país pretende. “Por exemplo, tenho um projecto de investimento privado e não sei com que instituição vou falar. Assim como eu há muitos”, lamenta, salientando que “estamos a perder tempo e oportunidades de investimentos que podem nunca voltar. Se Angola precisa de estabilidade, não se podem mudar as coisas prementemente”, reforça Frederico Crespo.

Nos cálculos de José Severino, Angola “precisa de investir 10 mil milhões de dólares ao ano, mas não tem este dinheiro”, por isso o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA) propõe a abertura do mercado para que “os investidores estrangeiros entrem sem



MEMORIZE

● A ACTUAL Lei do Investimento Privado prevê incentivos aos investidores internos que apliquem 50 milhões de kwanzas e aos investidores externos que corresponda ao contra valor em kwanzas o equivalente a um milhão de dólares.



muitas barreiras”. O líder associativo crítica a actual lei por “não ser atractiva”, defendendo a sua revisão. “Sempre defendemos a revisão da lei do investimento privado para atrair investidores. O país precisa de andar para frente e não tem dinheiro e os bancos não facilitam o financiamento. É preciso haver leis com regras claras”.

Francisco Viana alinha no pensamento de José Severino e acrescenta-lhe a ideia de obrigatoriedade da partilha de capital com estrangeiros com 30% a ser angolano. Para o presidente da Confederação Empre-

sarial de Angola, e um dos participantes na audiência com João Lourenço, a actual lei “afasta o investidor e beneficia quem passa licenças” e, por isso, entende que é “um condicionalismo que deve ser estancado”.

O líder empresarial sugere que a futura lei seja “mais aberta até para estrangeiros com menos de um milhão de dólares”.

Além disso, Francisco Viana sugere que se volte “à primeira forma, com a criação de um órgão que junte as unidades técnicas e a APIEX, ou seja, uma espécie da ANIP renovada”.

Elisabeth Dias dos Santos, por sua vez, é mais crítica. Reprova a garantia exigida aos empresários, considerando-a “um atentado à capacidade de percepção de qualquer um” e lembra que “nem todos neste país gozam das mesmas oportunidades”. Segundo a empresária, a actual lei, ao exigir muito dinheiro, “consagra a existência de monopólios”. Elisabeth Dias dos Santos gostaria ainda de ver alterado o prazo de financiamento, exemplificando que “nenhuma indústria se consolida com um período de carência de um ano, ou seja, quando um projecto nem sequer entrou em funcionamento e já tem de pagar”, o que “torna os empresários pouco ou nada competitivos”.

REGRAS ANTICORRUPÇÃO

Estado fica com 200 mil dólares apreendidos no Luvo

A Conta Única do Tesouro será o destino de 200 mil dólares que foram apreendidos, a 11 deste mês, no posto fronteiriço do Luvo, no Zaire, por presumível transgressão cambial.

Segundo a Polícia de Guarda Fronteira, no local, a apreensão dos valores foi possível graças à brigada canina montada no posto fronteiriço com a República Democrática do Congo.

Os valores foram encontrados em posse de um cidadão angolano que regressava ao país vindo da República Democrática do Congo (RDC).

Deste modo, segundo a autoridade fronteiriça, o proprietário deverá, caso o entenda, accionar os mecanismos legais para reclamar junto das autoridades para reaver o seu dinheiro.

Consórcio chinês quer investir na Huíla

Consórcio chinês Citic & H&S pretende investir, nos próximos meses, em projectos de abastecimento de água e planos agro-industriais na Huíla, segundo o seu presidente, John Zheng.

Sem adiantar o valor a investir, John Zheng manifestou o interesse em participar no plano de desenvolvimento da região, com projectos de água, numa parceria público privada local. Pode ainda investir, numa siderurgia na Huíla.

Por sua vez, o governador da Huíla, Marcelino Tyinge, encorajou o consórcio, salientando que os empresários huilanos “são dedicados, mas, muitas vezes, faltam-lhes recursos ou o conhecimento nas várias áreas de tecnologia” de que a província precisa e que podem ser atendidas pelo consórcio.



- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



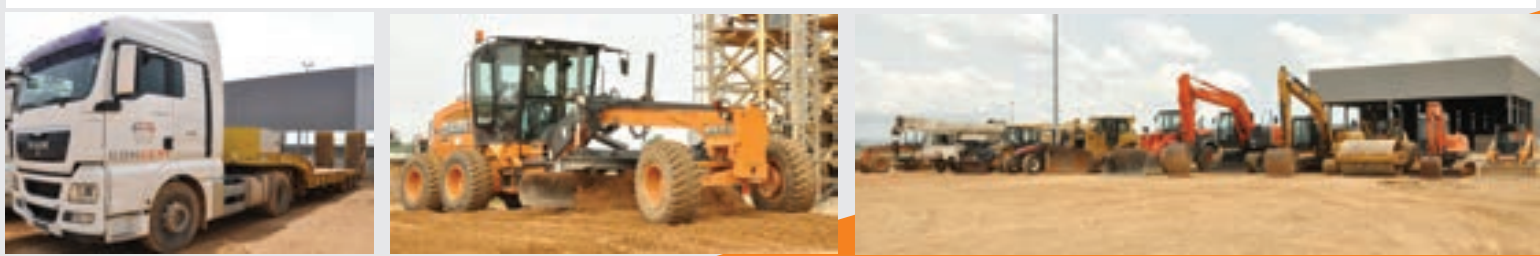
✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



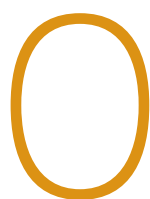
Mercados & Finanças

QUASE DOIS ANOS DEPOIS

BNA oficializa ‘desaparecimento’ do dólar no mercado cambial

POLÍTICA CAMBIAL. Primeiro relatório de venda de divisas e de formatação de taxas de câmbio no modelo flutuante remove dólar como cotação de base na tabela de câmbios de referência e substituindo-o pelo euro que, durante 2017, foi a única moeda transaccionada nos leilões.

Por Nelson Rodrigues



O dólar deixou de ser a moeda de referência para todas as operações do mercado oficial de câmbio no país, passando as con-

versações pela nova cotação base kwanza/euro, de acordo com o Banco Nacional de Angola (BNA), que anuncia a medida no primeiro comunicado de leilões de divisas com taxas flutuantes.

“O Banco Nacional de Angola informa ao público, que, no dia 08.01.2018, procedeu ao ajuste da sua tabela de câmbios de referência, de modo a que esta tenha como base a cotação Kwanza/EURO, sendo as outras cotações apuradas em função da taxa de câmbio do EURO/outras moedas”, avisa o regulador.

O BNA não justifica a medida, mas, com a alteração, ajusta a moeda de referência ao desaparecimento da moeda norte-americana nas operações de câmbio e leilões oficiais de divisas. Depois de, em 2016, registar-se uma irregularidade acentuada na presença do dólar, em 2017, nenhum dólar saiu dos leilões ou das vendas directas, com as operações do mercado oficial realizadas todas em euro.

A justificação é a escassez de moeda estrangeira, sobretudo o dólar, que, desde 2014, deixou de entrar no país, devido à crise do petróleo e ao corte nas relações com os correspondentes bancá-

rios (ver gráfico).

Esta medida surge uma semana depois de o governador do banco central, José Massano, ter anunciado alterações na política cambial para fazer face à instabilidade contínua no mercado. As referidas modificações fazem parte de um novo plano do Governo, o designado ‘Plano de Estabilização Macroeconómica’, apresentado, recentemente, pela equipa económica.

O BNA decidiu ainda acabar com as vendas direccionadas de moeda estrangeira, regressando aos leilões, procedimento que tinha sido suspenso.

“O kwanza perdeu 70% do seu poder de compra. Iremos retomar, por isso, com o sistema de leilões. O que estamos a desenhar é sair progressivamente das vendas directas. Queremos terminar, no final deste trimestre, o mecanismo de vendas directas.” Massano Júnior anunciava, assim, a medida que punha fim à intervenção dos ministérios na selecção de quem recebe divisas.

MEMORIZE

● O BNA não justifica a medida, mas, com a alteração, ajusta a moeda de referência ao desaparecimento da moeda norte-americana nas operações de câmbio e leilões oficiais de divisas.

TAXA FLUTUANTE INICIA COM DEPRECIÇÃO DO KZ

Na semana em que o BNA tira o dólar e deixa entrar o euro como moeda de referência nas cotações, decorreu o primeiro leilão de divisas no modelo de taxas de câmbio

flutuantes que ficou marcado pela depreciação do kwanza em cerca de 10,8% face ao dólar e de 18,9% em relação ao euro.

No referido leilão, o BNA disponibilizou 83,6 milhões de euros (equivalentes a 100 milhões USD), com o euro a valer, para compra, 220,160 kwanzas, e 221,261, a venda. Já o dólar passou a custar 185,513 kwanzas, para a venda, e 184,528, a compra.

A metade do valor foi direccionada para a cobertura de matéria-prima, peças e equipamento fabril, sendo que 20% foram para os seguros, telecomunicações, transportes aéreos e outros serviços. Foi ainda encaminhado 17% para o sector da agricultura, agropecuária, pescas e mar, e 10% para artigos de higiene, limpeza, material escolar e de escritório, com os vestuários, calçado e artigos e utensílios domésticos a consumirem os restantes 3%.

DIVISAS VOLTAM COM EXPORTAÇÃO

Para o governador do banco central, que reconheceu persistirem ainda as dificuldades na relação com os bancos correspondentes, o dólar e demais moedas estrangeiras podem regressar ao país, “desde que haja mais exportação”. José Massano apelava, assim, na conferência

Divisas vendidas em 2017 exclusivamente em euros

Janeiro	1 938 078 401
Fevereiro	714 273 582
Março	1 962 615 827
Abril	729 938 480
Maió	585 477 158
Junho	907 619 987
Julho	847 085 274
Agosto	1 003 214 970
Setembro	384 142 463
Outubro	544 720 278
Novembro	702 443 630
Dezembro	N.A

Fonte: Departamento de Mercado e Activos, BNA
Unidade: milhões Euros

de imprensa que apresentou o novo ‘Plano de Estabilização Macroeconómica’, ao aumento da produção interna.

“Mais divisas para o país, temos de exportar mais. Ou aquilo que exportamos tem de ter um preço mais alto. Ou temos a condição de importar menos”, apontou o governador, para quem as divisas não dependem apenas da inexistência de correspondentes bancários para a maioria dos bancos.





O BANCO RUSSO VTB, líder do consórcio de bancos que financiou o satélite angolano Angosat 1, está a preparar novos financiamentos para projectos nas áreas da indústria, agricultura e energia e águas em Angola, segundo o presidente do banco, Andrey Kostiv, que, na semana passada, foi recebido pelo Chefe de Estado, João Lourenço.



O BANCO de Comércio e Indústria (BCI) consolidou, em 2017, um processo de saneamento financeiro iniciado em 2011, prevendo, para 2017, lucros situados acima dos 500 milhões de kwanzas (2,8 milhões de dólares), segundo o Jornal de Angola do dia 12, citando fontes da instituição.

CARLOS ALBERTO LOPES SUBSTITUI FILOMENO DOS SANTOS

Finanças justificam mudanças no FSDEA com reestruturação

EXONERAÇÕES. Presidente da República fechou a segunda semana de 2018, exonerando José Filomeno dos Santos do comando do Fundo do Soberano. Ministério das Finanças justifica reestruturação do Fundo, com o diagnóstico de uma firma internacional que alega insuficiências na gestão. FSDEA já foi classificado entre os mais bem geridos do mundo.

Por Nelson Rodrigues

Depois de várias presenças de segmentos da população e de partidos na oposição ao Presidente da República para o afastamento dos filhos do ex-Presidente José Eduardo dos Santos do leme de instituições públicas, João Lourenço cedeu e fechou a semana, exonerando José Filomeno dos Santos da gestão do Fundo soberano de Angola (FSDEA).

Filomeno dos Santos e sua equipa deixam o FSDEA, onde chegaram em 2012, dando lugar a um novo conselho de administração, agora liderado por Carlos Alberto Lopes, até então assessor do Presidente da República para os assuntos sociais, e mais três novos administradores executivos e um que vem reconduzido.

A equipa de Carlos Alberto Lopes encontra os cofres do FSDEA com um activo a valer 5,05 mil milhões de dólares e um resultado líquido de 40,5 milhões de dólares, captados até ao terceiro trimestre do ano passado, de acordo com um relatório da entidade referente ao período.

O Presidente afastou Filomeno dos Santos dois dias depois de interrogado pela imprensa, na entrevista colectiva na semana passada, sobre a situação do FSDEA e numa altura em que decorria um diagnóstico à gestão da entidade. Esta informação foi tornada pública, inicialmente, pelo ministro das Finanças e confirmada pelo próprio chefe de Estado, que já havia adiantado a possibilidade de exoneração da administração.

“Com relação ao Fundo Soberano, não diria que vou exonerar, mas pode vir a acontecer. Foi contratada uma empresa idónea para realizar um diagnóstico às contas do Fundo Soberano, e, na sequência do trabalho desta empresa, o Ministério das Finanças apresentou-me as medidas a tomar no sentido de passarmos a ter um controlo mais efectivo dos dinheiros postos à disposição do Fundo Soberano. Estou a analisar essas medidas propostas e é muito provável que, nos próximos dias, elas venham a ser implementadas”, antecipara Lourenço, 48 horas antes da exoneração do conselho de administração do FSDEA.

Na última quinta-feira, um comunicado do Ministério das Finanças dava conta que a avaliação à gestão do Fundo por uma firma internacional terá detectado um elevado risco resultado da exposi-



40,5

Milhões de dólares, captados até ao terceiro trimestre do ano passado.

MEMORIZE

- No ano de constituição, o organismo declarou resultados negativos de 17,4 milhões de dólares, sendo que o montante subiu para os 23,6 milhões de dólares em 2013. No ano seguinte, o fosso aumentou para 154,2 milhões de dólares. Os prejuízos prosseguiram em 2015, com ligeira descida, tendo-se fixado nos 134,8 milhões de dólares.

ção causada pelo volume de activos sob gestão de uma única entidade externa. Justificando a decisão de reestruturação do FSDEA, o Ministério das Finanças apontou ainda ter notado reporte insuficiente e um fraco controlo e supervisão por parte das entidades governamentais.

Opinião contrária manifestou várias vezes o Índice de Transparência de Linaburg-Maduell, do Instituto de Fundos Soberanos, que, até ao ano passado, manteve uma cotação elevada do FSDEA, colocando-o entre os mais bem geridos do mundo. Sob gestão de Filomeno dos Santos, o FSDEA concluiu, em 2016, o processo de transição das Normas Contabilísticas Nacionais das Instituições Financeiras (CONTIF) para as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tornando-se a primeira instituição angolana a apresentar demonstrações financeiras de acordo com as regras dos mercados financeiros e de capitais internacionais.

José Filomeno dos Santos é o segundo gestor público e filho do ex-PR que é afastado da gestão de um órgão estatal, depois da exoneração de Isabel dos Santos da Sonangol há pouco menos de quatro meses.

No ano passado, a gestão de Filomeno dos Santos anunciou o primeiro lucro da sua história, ao fechar o exercício financeiro de 2016 com um resultado líquido de 7.297 milhões de kwanzas, anulando a tendência de perdas consecutivas inscritas nas contas dos exercícios financeiros anteriores.

Desde que foi constituído pelo antigo PR, em 2012, este foi o primeiro resultado positivo da história da entidade, que já fez vários investimentos em países distintos de África, Américas e Europa.

No ano de constituição, o organismo declarou resultados negativos de 17,4 milhões de dólares, sendo que o montante subiu para os 23,6 milhões de dólares em 2013. No ano seguinte, o fosso aumentou para 154,2 milhões de dólares. Os prejuízos prosseguiram em 2015, com ligeira descida, tendo-se fixado nos 134,8 milhões de dólares.

OS ROSTOS DA NOVA GESTÃO DO FSDEA

Para além de Carlos Alberto Lopes, vão integrar o conselho de administração do Fundo a antiga secretaria de Estado da Economia, Laura Alcântara Monteiro, Miguel Damião Gago, reconduzido à pasta de administrador executivo, Pedro Sebastião Teta, para administrador executivo, e a antiga secretária de Estado das Finanças, Valentina Filipe, também para a pasta de administradora executiva.

Esta é a segunda equipa do conselho de administração do FSDEA desde a sua constituição, em 2012, altura que Filomeno dos Santos chegou ao cargo de PCA da entidade.

Empresas & Negócios

William Boulter,
Administrador
comercial da TAAG



AGORA COM A COMPANHIA SUL-AFRICANA SOUTH AFRICAN AIRWAYS

TAAG avança para novo 'codeshare' com a SAA

AVIAÇÃO. Companhias angolana e sul-africana assinam parceria. TAAG já partilha voos, para alguns destinos, com Air France, British Airlines, Brussels Airline.

Por Valdimiro Dias

A companhia aérea estatal, TAAG, assinou, na semana passada, o seu nono acordo de parceria de 'codeshare', desta vez, com a companhia sul-africana South African Airways (SAA).

A SAA vai colocar o seu código de voo nos serviços de Joanesburgo e Cidade do Cabo operados pela TAAG, enquanto a transportadora aérea angolana, já nas próximas semanas, disponibiliza o código de voo nos serviços da South African Airways de Harare, Lusaca e Hong-Kong.

William Boulter, administrador comercial da TAAG, referiu que "o acordo constitui uma parceria forte que vai proporcionar melhores e mais fluídas conexões para muitos clientes".

Por sua vez, a SAA acredita que o acordo vai fortalecer a relação entre

as duas companhias. "Na South African Airways, valorizamos as relações com a TAAG e estamos expectantes em fortalecer esta parceria, criando uma boa experiência de viagem para os nossos clientes que se deslocam para vários destinos de África e Ásia", sublinhou Aaron Munetsi, administrador comercial da companhia.

O histórico da relação entre as duas companhias regista ainda um marco em 1996 quando formaram uma relação 'interline', permitindo a aceitação dos clientes uns do outro e o acesso à rede de cada um. Em 2007, expandiu-se para uma parceria comercial em que a SAA passou a assegurar os voos da TAAG entre Luanda e Lisboa, em Portugal, depois de a companhia angolana ter entrado na lista negra da União Europeia. A SAA operava os voos com as suas aeronaves e tripulação em nome da TAAG.

A TAAG tem ainda acordos semelhantes com a Air France, British Airlines, Brussels Airlines, Luf-

9

Total de acordos de partilha assinados pela TAAG até ao momento

MEMORIZE

- A TAAG tem ainda acordos semelhantes com a Air France, British Airlines, Brussels Airlines, Luftansa, KML, Kenya Airways, LAM e Royal Air Maroc.

tansa, KML, Kenya Airways, LAM e Royal Air Maroc.

Muitas companhias encaram o acordo como uma oportunidade para colmatar a incapacidade técnica para

atenderem a diversas rotas, mas também é uma solução para evitar a concorrência entre duas companhias em destinos com pouco fluxo.

As normas internacionais da aviação especificam que o 'codeshare' é um acordo de cooperação pelo qual uma companhia aérea transporta passageiros, cujos bilhetes sejam emitidos por outra companhia. O objectivo é oferecer aos passageiros mais destinos do que uma companhia aérea poderia oferecer isoladamente.

Quando um passageiro reserva um voo de 'codeshare', o bilhete exibe o número do voo da companhia aérea pela qual fez a reserva, embora alguns trechos da viagem sejam feitos em voos de outra companhia aérea, com um número de voo diferente daquele impresso no seu bilhete.

Segundo a história, o primeiro acordo semelhante foi feito em 1967, mas só em 1990 se assumiu a designação quando duas companhias, Qantas e a American Airlines, assinaram no molde e com a denominação actual.

CATOCA

Alrosa e Endiama repartem parte da Odebrecht

A Alrosa e a Endiama repartiram, em percentagens iguais, os 16,4% da Sociedade Mineira de Catoca (SMC) que pertenciam à Odebrecht, tal como o VALOR perspetivou quando, em Agosto de 2017, os parceiros da mina anunciaram a aprovação do negócio. A antecipação do VE era baseada nas declarações de responsáveis da empresa da Alrosa que, desde aquela altura, passaram a anunciar que terminariam 2017 com 41% da participação da sociedade contra os 32,8% que detinham na altura. Constava ainda a certeza de que a Endiama dificilmente deixaria a empresa russa passar à condição de accionista maioritária da mina responsável por cerca de 86% da produção nacional, em termos de volume, e cerca de 60,3% em valor. A divisão entre a Endiama e a Alrosa da então participação da brasileira Odebrecht foi confirmada na semana passada por despacho presidencial, dando por concluído o negócio.



O PRESIDENTE da República, João Lourenço, nomeou, como administradores não executivos da petrolífera Sonangol, dois antigos primeiros-ministros, Lopo do Nascimento e Marcolino Moco.



A ENSA - Seguros de Angola realiza hoje, segunda-feira, 15 de Janeiro, uma conferência de imprensa, no âmbito das celebrações dos seus 40 anos a completar em Fevereiro.



GRUPO QUER INVESTIR EM MAIS PROVÍNCIAS

Vendas da MS Farmácias crescem 9%

SAÚDE. Grupo farmacêutico possui uma rede de 12 farmácias, nove das quais em Luanda e, este ano, pretende expandir-se para mais províncias. Facturação atingiu os 12 mil milhões de kwanzas em 2017, mas o seu responsável, Moniz Silva, não esconde as dificuldades.

Por Valdimiro Dias

A rede de farmácias MS Farmácias, do grupo empresarial Moniz Silva, registou, em 2017, um crescimento de vendas de cerca 9%, para os 12 mil milhões de kwanzas.

Os números foram revelados em exclusivo ao VE, pelo director-geral do grupo, José Moniz Silva, que coloca o crescimento do seu negócio “acima do registado pelo mercado geral farmacêutico angolano no mesmo período”.

O grupo calcula que detém cerca de 15% de quota de mercado farmacêutico e, para este ano, Moniz Silva prevê uma expansão da rede de farmácias para mais províncias, além das que já possui em Luanda, Benguela, Huambo e Huíla. O líder do grupo entende que a população angolana “exige uma maior proximidade dos actores de retalho na área farmacêutica”, embora considere que o índice ‘per capita’ de



O país conta com 24,5 mil habitantes para cada uma das 993 farmácia

gastos em saúde “é ainda relativamente modesto”.

Além de se estender a mais províncias, o grupo pretende ainda crescer fora do centro de Luanda onde ainda não marca presença, estando prevista, durante este ano, a abertura de farmácias em Viana, com o investimento médio por unidade a rondar os 500 mil dólares. “Os custos

993

Número de farmácias em Angola, 92% das quais em Luanda

repartem-se em aproximadamente 100 mil para obras, cerca de 150 mil em mobiliário, mais 200 mil para a mercadoria e os custos de arranque de 50 mil”, precisa.

Moniz Silva está convencido de que o negócio “exige paciência e muito rigor” para garantir o ‘breakeven’ (receitas iguais aos custos) de maneira muito lenta e admite ter

um risco financeiro elevado, devido à desvalorização da moeda.

MERCADO ABSORVE 500 MILHÕES

Angola tem uma rede de 993 farmácias, o que resulta numa média de uma farmácia para cada 24,5 mil habitantes. Luanda detém 92% do mercado, ou seja, 914 estabelecimentos o que espelha uma distribuição geográfica “bastante desigual, um factor importante que se explica na diferença do poder aquisitivo entre as províncias ou cidades”, reconhece Moniz Silva.

O empresário considera que o sector farmacêutico continua “bastante fragmentado e desorganizado, com predominância para as farmácias de bairro sem grandes condições e o restante são empresários individuais ou pertencem a redes”.

A facturação estimada ronda os 500 milhões de dólares anuais, o que para Moniz Silva representa “um potencial de crescimento elevado”, mas que “carece de regulamentação”.

“Agora só as companhias mais bem preparadas e estruturadas como a MS poderão vencer num mercado em que o crédito está mais difícil e os custos de crescimento são elevadíssimos, a nível logístico, devido à dimensão do país e ao custo imobiliário elevado” perspectiva Moniz Silva. O grupo é detentor de 12 farmácias, nove das quais em Luanda.

REESTRUTURAÇÃO ANUNCIADA

Os três desafios do Entrepósito Aduaneiro

A nova administração do Entrepósito Aduaneiro de Angola (EAA) tem três desafios para este ano, que passam por reestruturar o modelo de funcionamento da empresa, garantir

os produtos da cesta básica e recuperar o dinheiro que o Estado deve à empresa, estimado em cerca de 20 milhões de dólares.

Os três desafios foram avançados pelo ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, durante a tomada de posse do novo conselho de administração do Entrepósito

Aduaneiro de Angola.

O presidente do conselho de administração, Ludgério Pelinganga, considerou que “a fasquia foi muito elevada”, mas que tudo será feito para que as metas sejam alcançadas este ano. E acrescentou que o desafio vai obrigar a que se se faça uma “reestruturação orgânica e funcional”.

A estratégia, segundo o gestor, “passa por mudar o que está mal, sobretudo a consciência dos homens”. A meta é “fazer melhor, implementar um modelo de integrado de aprovisionamento da cesta básica que se deve cingir na combinação da produção nacional que vai ser a prioridade, para poupar divisas mas também o recurso a importação”. A empresa não dá lucro há três anos e deve ser reestruturada “para ter um desempenho melhor e exercer o seu verdadeiro papel, o de garantir a cesta básica com preços estabilizados”.



(In)formalizando



Novo regime cambial de câmbio fez subir o preço da moeda estrangeira

MEMORIZE

● **NO MÁRTIRES** Hoje, quem visita com frequência as ruas 14 e 15 do bairro, e outras ruas adstritas, pode ver que já não funciona aquela cidade financeira informal que se tinha transformado numa autêntica 'Wall Street' angolana. A presença da polícia é constante. Os estrangeiros só são notados por aqueles que têm estabelecimentos comerciais legalizados, enquanto as ruas são preenchidas por taxistas, transeuntes e zungueiras que vendem frutas e outros produtos.

partes". "Está tudo bem que o câmbio de moedas estrangeiras deva ser tutelado por empresas devidamente legalizadas, mas, nós, que vivemos desta actividade informal, sustentamos as nossas famílias com o que ganhamos aqui. O Estado deve, também, zelar por nós porque a nossa vida depende disso", lamenta, acrescentando que a nova medida cambial do BNA "está a dificultar a vida das kinguilas".

TRÁFICO CONTINUA

Apesar de a polícia ter desmantelado o fluxo de estrangeiros e de nacionais que faziam a troca informal de notas estrangeiras, como o dólar e o euro, o negócio do câmbio resiste no Mártires do Kifangondo.

Hoje, quem visita com frequência as ruas 14 e 15 do bairro, e outras ruas adstritas, pode ver que já não funciona aquela cidade financeira informal que se tinha transformado numa autêntica 'Wall Street' angolana. A presença da polícia é constante. Os estrangeiros só são notados por aqueles que têm estabelecimentos comerciais legalizados, enquanto as ruas são preenchidas por taxistas, transeuntes e zungueiras que vendem frutas e outros produtos.

António Pereira, de 52 anos, mora no Mártires, na rua 14, e sente-se "feliz" porque, no seu bairro, "o fluxo de pessoas já não é como dan-tes". "Havia aqui muito câmbio, muito tráfico e prostituição durante a noite até mesmo de dia", afirma, que "a confusão também diminuiu bastante".

Apesar da calma que o Mártires regista actualmente, a polícia deteve mais alguns nacionais e estrangeiros. Os agentes, tanto da polícia como do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) actuam à paisana.

CÂMBIO FLUTUANTE PRECIPITA DERRAPAGEM DO KWANZA

Preço do dólar dispara no mercado informal

CÂMBIO. Dólar disparou no mercado informal. Nota de 100 dólares, que estava a ser trocada a 36 mil kwanzas até Dezembro, está a ser comercializada a 41 mil kwanzas. Novo regime de câmbio flutuante, anunciado recentemente pelo BNA, fez subir o preço da moeda estrangeira.

Por José Calebe

Em Luanda, até à última sexta-feira, 12, quem vendesse 100 dólares conseguia 41 mil kwanzas. Mas quem quisesse comprar a moeda norte-americana precisava de desembolsar mais de 43 mil kwanzas para conseguir os mesmos 100 dólares. Todos os dias, os preços mudam e até subiram a partir do momento em que o Banco Nacional de Angola (BNA) anunciou o novo regime flutuante do câmbio.

Na semana passada, o dólar disparou no Prenda, Cassenda, Maculusso, Maianga e nalgumas ruas do Alvalade e ainda nas imediações da Rádio Nacional de Angola, zonas preferenciais para a troca de moeda no mercado informal.

A alteração mais significativa é no cenário. As kinguilas já não mostram os montes de notas, como se via antes até a polícia ter desmantelado a troca ambulante de dólares no Mártires do Kifangondo.

Em muitas avenidas em que há ajuntamento de kinguilas, só troca a moeda estrangeira aquele que for cliente "bem conhecido", porque a polícia tenta controlar a venda informal.

43

Mil Kwanzas. Valor de venda de 100 dólares no mercado informal depois do primeiro leilão no regime de câmbio flutuante.

Entre as kinguilas, nos bairros Cassenda e Prenda, há nacionais e estrangeiros, maioritariamente congolezes, que fazem sinais, mal vêem uma viatura estacionar, com lutas entre eles para ganhar o cliente, não escondendo as suspeitas e usando muita discrição.

No Prenda, algumas kinguilas negam ser cambistas. "Não estamos a trocar dólar", garantem, sempre com a desconfiança de quem tem medo de enfrentar um polícia disfarçado. Mas, logo de seguida, desfeitas as suspeitas, revelam o câmbio. "Estamos a pagar 40 mil kwanzas se quiseres trocar, mas, se quiseres comprar pagas 43 mil kwanzas. Estamos a dar este preço porque está muito difícil conseguir o dólar", afirma uma cambista, ansiosa para fazer o negócio.

Vasco Contreiras (nome fictício), cambista ambulante há mais de 15 anos, na avenida 'Revolução de Outubro', defende que o Governo "deve criar políticas que valorizem as duas

100.000

BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA.



EM TODAS AS PROVÍNCIAS.

Agora, o jornal que você não dispensa para estar bem informado vai estar nas mãos de muitos mais angolanos. O Nova Gazeta tem **cem mil exemplares, todas as quintas-feiras**. Para chegar com força a todas as províncias. Com a imparcialidade, as notícias, a crítica e a actualidade que fazem falta.

www.novagazeta.co.ao

100 MIL. SEM CUSTO.

DE JURE

Adalberto da Costa Júnior, líder da bancada Parlamentar da UNITA.



PROJECTO VISA TRAZER DE VOLTA BENS NO EXTERIOR COM ORIGEM EM ANGOLA

UNITA quer taxar todos os ‘desvios’

PATRIMÓNIO. Maior partido na oposição, através da proposta de Lei Sobre o Regime Extraordinário de Regulação Patrimonial, apresentada à Assembleia Nacional, quer tornar legais todos os ‘desvios’, cobrando uma taxa especial de 45% a favor de um Fundo de Erradicação a Pobreza. Lei abrangeria todo o património que se encontra ou não em Angola.

Por Isabel Dinis

A UNITA pretende que quem tenha recursos patrimoniais, transferidos ou mantidos no exterior ou dentro do país, não declarados, e cuja origem seja o território nacional, deverá declarar ao Estado, através de uma entidade criada para esse efeito.

O maior partido na Oposição deseja que a proposta seja incluída na Lei Sobre o Regime Extraordinário de Regulação Patrimonial (RERP), apresentada no início de Dezem-

bro do ano passado, na Assembleia Nacional (AN). O projecto, que foi rejeitado para ser discutido na próxima reunião plenária, marcada para a próxima quinta-feira, é visto pelo líder parlamentar da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, como uma “oportunidade de se pôr ordem aos roubos ao património, ou seja, uma regulação não apenas para o que foi levado para fora do país, mas também para o desviado dentro do país”.

A lei abrangeria todo o património que se encontrava ou não em Angola até 30 de Agosto de 2017, que consistia em direitos reais de barras de ouro e prata, minerais, metais e ligas metálicas, depósitos, certificados de depósitos, valores mobiliários e

MEMORIZE

- O BNA também está a preparar uma lei que vai obrigar os angolanos com depósitos superiores a 100 mil dólares no estrangeiro e não declarados a repatriar os valores em seis meses, sem estarem sujeitos à investigação criminal, tributária ou cambial.

imobiliários, valores monetários e outros instrumentos financeiros de origem lícita e ilícita, não declarados ou declarados, com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais, remetidos ou mantidos dentro e no exterior,

ou repatriados por residentes ou domiciliados no país.

Ficaram de fora, neste projecto-de-lei, os bens com origem no tráfico de substâncias psicotrópicas ou drogas e afins, terrorismo e seu financiamento, contrabando de armas, extorsão mediante sequestro e organização criminosa.

O maior partido na oposição propõe ainda uma contribuição especial para a regularização do património, fixada numa taxa de 45% de todos os bens. A contribuição seria paga e arrecadada uma única vez e constituiria receita extraordinária do OGE, que serviria para alimentar o Fundo de Erradicação da Pobreza, uma entidade autónoma a ser constituída pelo Presidente da República.

O património que se encontra no exterior deverá ser repatriado com o apoio do Estado, para uma conta aberta em Angola ou numa conta no exterior em nome do Estado angolano. Sempre que os activos forem superiores a 100 mil dólares, o declarante deverá solicitar a autorização à instituição financeira no exterior e enviar informação sobre

o saldo desses activos para a entidade gestora do programa de regularização no país.

A declaração de regularização deverá ser entregue até 30 de Novembro deste ano, caso a proposta seja aprovada.

Para a efectivação da lei, o partido propõe a criação de uma Comissão de Regularização Patrimonial (CRP). A entidade deverá ser composta por nove integrantes. Um designado pela Sociedade Civil e pelo Presidente, que coordenará a comissão. Três designados pelos grupos parlamentares da Assembleia Nacional, um representante da Ordem dos Contabilistas de Angola, um da Unidade de Informação Financeira, um representante do Tribunal de Contas, um da Inspeção do Estado e outro da Administração Geral Tributária.

O Banco Nacional de Angola também está a preparar uma lei que vai obrigar os angolanos com depósitos superiores a 100 mil dólares no estrangeiro e não declarados a repatriar os valores em seis meses, sem estarem sujeitos à investigação criminal, tributária ou cambial.

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

Gestão

FUNDADAS 1918

Empresas que completam 100 anos

CELEBRAÇÃO. Nasceram de projectos locais ou de pequenos negócios e tornaram-se grandes actores da económica global. Resistiram e sobreviveram a crises económicas e celebram todas 100 anos este ano.



BANK OF EAST ASIA (BEA)

Presidente e Director Presidente - Kwok Po Li, 77 anos

Activos - 101 mil milhões de dólares

Incorporado em Hong Kong em 1918, o Bank of East Asia ('BEA') dedica-se a fornecer serviços bancários corporativos, pessoais, gestão de património e investimento aos seus clientes em Hong Kong, na China e a outros mercados importantes no mundo. Tornou-se o maior banco local independente de Hong Kong, com activos consolidados totais de 101 mil milhões de dólares a 30 de junho de 2017. Listado na Bolsa de Valores de Hong Kong, o banco entra no índice Hang Seng.



PANASONIC

Presidente - Kazuhiro Tsuga

Facturação em 2017 65,8 mil milhões de dólares

A Panasonic Corporation é líder mundial no desenvolvimento de diversas tecnologias e soluções electrónicas para clientes nos negócios de eletrónicos de consumo, habitação, automóvel e B2B.

Foi fundada em 1918 com o nome de Matsushita Electric Industrial, pelo Konosuke Matsushita, que, com apenas 23 anos, criou uma pequena empresa familiar com dois empregados, fabricando um 'plug' para tomada eléctrica, projectado por ele mesmo. A Panasonic desenvolvia também uma antiga linha de produtos chamada National, que fabricava inicialmente produtos electrodomésticos, aparelhos pessoais e aparelhos industriais. Posteriormente, a National também passou a fabricar micro-ondas e alguns produtos electrónicos. Vendo que a utilização de um nome único seria mais viável, interrompeu os produtos National e passou a fabricar somente produtos com a marca Panasonic.

A empresa expandiu-se globalmente e agora opera com 495 subsidiárias e 91 empresas associadas em todo o mundo, registando vendas líquidas consolidadas de 65,8 mil milhões de dólares no ano fechado a 31 de Março de 2017.



SALAM

Presidente - Johan van Zyl 61 anos

Resultado líquido - 748 milhões de dólares (2015)

South African National Trust e Assurance Company Limited (Salam), foi registada a 8 de Junho de 1918. O grupo evoluiu ao longo dos anos de uma seguradora tradicional para um provedor de serviços financeiros locais e internacionais.

Hoje, a Salam é um fornecedor diversificado de serviços financeiros com um extenso produto que oferece 'catering' a todos os segmentos de mercado. O grupo cresceu de forma consistente tanto local quanto internacional, com a presença em mais de 10 países africanos e na Índia, Malásia, Filipinas, Reino Unido, Irlanda, EUA, Suíça e Austrália.



CITIZEN WATCH

CEO - Toshio Tokura

Facturação: 193 mil milhões de dólares

Principal empresa do grupo corporativo japonês Citizen, foi fundada sob o nome de Shokosha Watch Research Institute, mas, em 1924, mudou para Citizen derivado de um modelo de relógio de bolso que comercializou naquela época e registado a 28 de Maio de 1930.

A Citizen Watch actualmente é um dos maiores produtores de relógios de pulso de quartzo e relógios automáticos em todo o mundo. Consta do seu leque de produção, cronómetros, calculadoras, diários electrónicos, televisores portáteis, glucómetros, impressoras e 'toners'. Em 2008, adquiriu a empresa de vigilância Bulova, famosa por ter fabricado o primeiro relógio de pulso electrónico do mundo, o Bulova Accutron.



HERTZ GLOBAL

CEO, director presidente - Kathryn V. Marinello, 61 anos

Facturação - 1,9 mil milhões de dólares

Hertz Global Holdings opera as marcas de aluguer de veículos Hertz, Dollar e Thrifty em aproximadamente 9.700 locais, usando o 'franchising' na América do Norte, Europa, Caribe, América Latina, África, Médio Oriente, Ásia, Austrália e Nova Zelândia.

Fundada por Walter L. Jacobs, de Chicago, Illinois, o aluguer de carros começou com uma dúzia de carros modelo Ford T. Depois de cinco anos, a frota de Jacob expandiu-se para 600 veículos, gerando uma receita anual de aproximadamente um milhão de dólares. Tornou-se numa das maiores empresas de veículos de uso geral de aeroporto em todo o mundo. A receita total no primeiro trimestre de 2017 foi de 1,9 mil milhões de dólares, mas registou uma queda de 3% em relação ao primeiro trimestre de 2016.

Em defesa do populismo económico



DANI RODRIK

Os populistas abominam que se façam restrições na política. Uma vez, defendem eles, que sendo representantes das ‘pessoas’ (escritas em letras maiúsculas), consideram os limites do seu poder como necessariamente prejudicial à vontade popular. Essas restrições só podem servir os ‘inimigos do povo’ - minorias e estrangeiros (para populistas de direita) ou elites financeiras (no caso dos populistas de esquerda).

É uma abordagem perigosa, porque permite que uma maioria possa restringir os direitos das minorias. Sem separação de poderes, sem um poder judicial independente ou sem media livre - que todos os autócratas populistas, de Vladimir Putin e Recep Tayyip Erdoğan a Viktor Orbán e Donald Trump, detestam - a democracia degenera na tirania de quem está no poder.

As eleições periódicas, sob o domínio populista, tornam-se uma cortina de fumo. Na ausência de leis e de liberdades civis básicas, os regimes populistas podem prolongar os seus governos, manipulando, à vontade, os meios de comunicação e o poder judicial.

A aversão dos populistas às restrições institucionais estende-se à economia, em que exercitar o controlo total, “no interesse das pessoas”, implica que nenhum obstáculo possa ser colocado no caminho por agências reguladoras autónomas, bancos centrais independentes ou regras do comércio global. Mas se o populismo no domínio político é quase sempre prejudicial, o populismo económico, às vezes, pode ser justificável.

A começar porque as restrições à política económica talvez sejam desejáveis em primeiro lugar. As restrições tendem a ser um ponto fraco dos economistas, porque a formulação de políticas, que respondam plenamente ao avan-

çar de políticas domésticas, pode gerar resultados altamente ineficientes. Em particular, a política económica é, muitas vezes, sujeita ao problema do que os economistas chamam de “inconsistência no tempo”: os interesses de curto prazo, muitas vezes, prejudicam o alcançar de políticas que são muito mais desejáveis a longo prazo.

Um exemplo canónico é a política monetária discricionária. Os políticos que têm o poder de imprimir dinheiro à vontade podem gerar ‘inflação surpresa’ para aumentar a produção e o emprego no curto prazo - digamos, antes de uma eleição. Mas isso pode produzir efeitos negativos, porque as empresas e as famílias ajustam as suas expectativas à inflação. No final, a política monetária discricionária resulta apenas numa maior inflação sem produzir ganhos de produção ou de emprego. A solução é criar um banco central independente, isolado da política, com um mandato para operar unicamente em manter a estabilidade de preços.

Os custos do populismo macro-económico são familiares à América Latina. Como Jeffrey D. Sachs, Sebastián Edwards e Rüdiger Dornbusch argumentaram há anos, as políticas monetárias e fiscais insustentáveis foram a destruição da região até à ortodoxia económica começar a prevalecer na década de 1990. As políticas populistas produziram periodicamente crises económicas dolorosas, que mais prejudicaram os pobres. Para quebrar este ciclo, a região voltou-se para regras fiscais e ministros de finanças tecnocráticos.

Outro exemplo é o tratamento oficial de investidores estrangeiros. Quando uma empresa estrangeira investe, fica essencialmente cativa dos caprichos do governo anfitrião. As promessas feitas para atrair a empresa são facilmente esquecidas, substituídas por políticas que beneficiam o orçamento nacional ou as empresas nacionais.

Mas os investidores não são estúpidos e, com medo desse resultado, investem noutro lugar. A necessidade dos governos de exibir credibilidade deu origem a acordos comerciais com as chamadas cláusulas de resolução de conflitos entre investidores e Estados, permitindo que uma empresa possa processar um governo em tribunais internacionais.

Estes são exemplos de restrições à política económica que assumem a forma de agências autónomas, tecnocratas ou de regras externas. Servem a valiosa função de impedir que os que estão no poder dêem tiros no próprio pé, prosseguindo políticas de visão curta.

Mas também existem outros cenários em que as consequências das restrições à política económica podem ser menos salutares. Em particular, as restrições podem ser instituídas por interesses especiais ou por elites próprias, para cimentar o controlo permanente sobre a formulação de políticas. Nesses casos, a delegação a agências autónomas ou a assinatura de regras globais não servem a sociedade, mas apenas a uma pequena casta de ‘insiders’.

Parte da reacção populista de hoje está enraizada na crença, não totalmente injustificada, de que esse cenário descreve muito a formulação de políticas económicas nas últimas décadas.

As multinacionais e os investidores moldam cada vez mais a agenda das negociações comerciais internacionais, resultando em regimes globais que beneficiam desproporcionalmente o capital à custa do trabalho. As regras rigorosas sobre patentes e os tribunais internacionais de investidores são exemplos mais significativos. Assim como a captura das agências autónomas pelas indústrias que deveriam regular. Bancos e outras instituições financeiras têm sido especialmente bem sucedidos em instituir regras que lhes dão rédea solta.

Os bancos centrais independentes desempenharam um papel crítico na redução da inflação nos anos 1980 e 1990. Mas no actual ambiente de baixa inflação, o foco exclusivo na estabilidade de preços confere um desvio deflacionário à política económica e está em tensão com a criação e crescimento de emprego.

Essa ‘tecnocracia liberal’ atinge o apogeu na União Europeia (UE), onde as regras e os regulamentos económicos são projectados com a retirada considerável das deliberações democráticas a nível nacional. Em praticamente todos os Estados-membros, essa lacuna política - o chamado ‘défice democrático’ da UE - deu origem a partidos populistas e eurocépticos.

Nesses casos, pode ser desejável abrandar as restrições à política económica e retornar a autonomia das políticas dos governos eleitos. Os tempos excepcionais requerem a liberdade de experimentar políticas económicas. O New Deal, de Franklin D. Roosevelt, fornece um exemplo histórico adequado. Essas reformas exigiram que ele removesse, em casa, as algemas económicas impostas por juizes conservadores e interesses financeiros.

Devemos sempre desconfiar do populismo que sufoca o pluralismo político e mina as normas democráticas liberais. O populismo político é uma ameaça a ser evitada a todo o custo. O populismo económico, ao contrário, é ocasionalmente necessário. Na verdade, em alguns momentos, pode ser o único meio de prevenir o seu primo político que é muito mais perigoso.

professor de economia política internacional na Universidade de Harvard. É autor do ‘Paradoxo da Globalização: Democracia e Futuro da Economia Mundial’ e do ‘Regras de Economia: os Direitos e Erros da Ciência’

A aversão dos populistas às restrições institucionais estende-se à economia, em que se opõem aos obstáculos colocados no caminho por agências reguladoras autónomas, bancos centrais independentes e regras de comércio global. Mas, embora o populismo no domínio político seja quase sempre prejudicial, o populismo económico, às vezes, pode ser justificado.

Internacional

TRIBUNAL EUROPEU CONTESTA ACORDOS DE PESCA

Marrocos e UE em águas agitadas

COOPERAÇÃO. Por causa do Sahara Ocidental, um parecer do tribunal europeu considera ilegal o entendimento com Marrocos para a exploração de recursos piscatórios. Espanha tem mais de 70 arrastões diários em águas marroquinas.

Por Emídio Fernando



Marrocos chegou a ameaçar congelar a cooperação com a UE.

Mário Mujetes © VE

ponsáveis absteram-se de fazer qualquer comentário.

Além de poder afectar as relações políticas e económicas entre Marrocos e a UE, o parecer representa uma grande vitória política para os defensores da causa saharai. A queixa foi apresentada pela Comarca do Sahara Ocidental (WSC) que defende a auto-determinação do povo saharai e a criação da República Democrática Árabe Saharai (RASD) que, por enquanto, não é reconhecida pela União Europeia.

POLÊMICA IGUAL

Esta controvérsia repete o mesmo cenário do acordo agrícola, assinado em 2016. No centro, esteve a mesma polémica: a falta de garantias ao povo saharai que pudessem beneficiar da exploração de seus recursos.

Nessa altura, a UE acatou a decisão do Tribunal de Justiça, que decretou o acordo “ilegal” o que enfureceu Rabat. Marrocos chegou a ameaçar congelar a cooperação com a UE. Seguiram-se reuniões de crise, em que a UE se comprometer a tomar as medidas necessárias para impedir a rescisão do acordo agrícola.

O entendimento sobre as pescas já foi assinado há quatro anos e devia terminar a 14 de Julho deste ano. As negociações para a sua renovação começaram no final do ano passado e estão agora travadas pelo parecer jurídico.

Marrocos e União Europeia (UE) ultimaram, no final do ano passado, a renovação do acordo de pescas, que enfureceu os defensores da autonomia do Sahara Ocidental que, de imediato, recorreram aos tribunais europeus. A semana passada, um parecer do Tribunal de Justiça da União Europeia, assinado pelo juiz Melchior Wathelet, propõe a invalidação do acordo. Apesar do parecer ter um carac-

ter meramente consultivo, provocou um ‘terramoto’ político, em que estão envolvidos Marrocos, Espanha e a UE. Embora a diplomacia marroquina tenha evitado pronunciar-se formalmente, sobre a opinião “consultiva”, várias fontes marroquinas, citadas por jornais franceses e pela revista Jeune Afrique, acusam os advogados de Bruxelas de terem uma “posição radical” e que “não levaram em conta a evolução da questão do Sahara Ocidental na cena internacional”.

Em Espanha, o principal país europeu beneficiário do acordo de pescas, o parecer foi considerado suficiente-

mente preocupante. O governo reuniu-se de emergência na sexta-feira, 12 de Janeiro, convocando as três regiões autónomas envolvidas no acordo com Marrocos (Andaluzia, Galicia e Ilhas Canárias).

70

Arrastões espanhóis pescam em águas marroquinas, por dia.

Por dia, mais de 70 arrastões espanhóis pescam em águas marroquinas e o executivo espanhol pretende arranjar uma alternativa, caso a UE acate a opinião do Tribunal de Justiça.

A própria UE tratou de emitir uma mensagem política. O porta-voz lembrou que Marrocos “é um parceiro essencial na nossa política de vizinhança do sul, um parceiro com o qual construímos ao longo dos anos uma parceria rica e multidimensional. Pretendemos não só preservar esse relacionamento privilegiado, mas também fortalecê-lo”. No entanto, os res-

COMÉRCIO EXTERNO EM ALTA

Regresso da China



O

comércio externo da China subiu 14,2% em 2017 e pôs fim a dois anos consecutivos de queda nas trocas comerciais do país asiático com o mundo,

segundo dados oficiais.

No total, o comércio externo da China ascendeu a 27,79 bilhões de yuan (3,90 bilhões de dólares), durante o ano passado.

O excedente comercial do país registou, em 2017, uma queda homóloga de 14,2%, para 2,87 bilhões de yuan (420 mil milhões de dólares), segundo dados das

alfândegas chinesas.

No ano passado, as importações chinesas tiveram um aumento de 18,7%, face a 2016. As exportações chinesas de bens e serviços subiram 10,8%.

A China é a segunda maior economia mundial, a seguir aos EUA, e a maior potência comercial do planeta.

O país tem sido o motor da recuperação global, desde a crise financeira de 2008, e um aumento nas importações chinesas pode ter repercussões em vários países.

A China é o principal cliente do petróleo angolano e responsável por responsável por 25% das exportações brasileiras.



OS CONSERVADORES da CDU, liderados por Angela Merkel, e o partido de centro-esquerda SPD, de Martin Schultz, chegaram a um 'acordo de princípio' para formar um governo de coligação.



O MINISTRO das Finanças português, Mário Centeno, assumiu, na passada sexta-feira, a presidência do Eurogrupo. Regras orçamentais europeias e orçamento para a zona euro estão no topo da agenda de Mário Centeno.

NA CASA BRANCA

Trump insulta imigrantes

Donald Trump resolveu insultar os imigrantes, originários do Haiti e de vários países africanos, durante uma reunião com alguns congressistas. Quando ouviu a proposta sobre um acordo que protegesse os imigrantes, o presidente norte-americano questionou porque é que os EUA deveriam receber pessoas de "países merdosos" e, em alternativa, perguntou se não seria preferível abrir as portas a cidadãos de países como a Noruega.

A revelação foi confirmada por diversos órgãos de comunicação social norte-americanos, que citam fontes com conhecimento directo da conversa. De acordo com essas notícias, os congressistas, alguns deles democratas,

ficaram chocados com os comentários do presidente.

Numa resposta escrita enviada ao jornal New York Times, Raj Shah, porta-voz adjunto da Casa Branca, não confirmou nem desmentiu este relato, mas deu a entender que tinha acontecido. "Certos políticos de Washington escolhem lutar por países estrangeiros, mas o presidente Trump vai sempre lutar pelo povo americano", sublinhou o porta-voz. "Tal como outros países que têm uma política de imigração baseada no mérito, o Presidente Trump está a lutar por soluções permanentes para tornar o nosso país mais forte ao receber quem pode contribuir para a nossa sociedade, fazer crescer a nossa economia e assimilar-se na nossa grande nação".

A reunião discutia a necessidade de um acordo para conceder estatuto legal a imigrantes que entraram ilegalmente, ainda crianças, nos EUA.



Donald Trump questionou porque é que os EUA deveriam receber pessoas de "países merdosos".



A ILEGAIS

Bancos encerram contas

O governo britânico obrigou todos os bancos a encerrar as contas de imigrantes ilegais para assim 'empurrá-los' para fora do Reino Unido. Ao mesmo tempo, as autoridades britânicas já começaram a verificar o estatuto migratório de milhões de clientes.

A secretária de Estado da Imigração, Caroline Nokes, anunciou a medida e explicou que se insere no objectivo de "dificultar a permanência das pessoas que não têm direito a viver ou a trabalhar no Reino Unido".

Nokes afirmou estar convencida de que os imigrantes ilegais fazem "baixar os salários dos trabalhadores legais e aumentam a pressão sobre os serviços públicos pagos pelo contribuinte". Segundo a nova medida, os bancos e instituições de crédito devem comprovar o estatuto de todos os seus clientes e notificar o Ministério do Interior dos casos de imigrantes ilegais.

Uma porta-voz do Ministério garantiu que os bancos apenas estão obrigados a transmitir às autoridades os dados de quem pode ser deportado. As pessoas que tenham pedidos de residência pendentes ou recursos pendentes, assim como os que tenham pedido asilo, não são afectadas pela medida, assegurou a porta-voz.



Empresa vai continuar a manter os produtos de confeitaria a nível global.

NEGÓCIO DE CHOCOLATES

Ferrero 'come' Nestlé

No final da semana passada, a famosa marca de chocolates Ferrero estava perto de adquirir a parte norte-americana de chocolates da Nestlé por 2,8 mil milhões de dólares, noticiou a Bloomberg. O acordo estava previsto para ser assinado no domingo, revelou uma fonte anónima.

O departamento norte-americano de chocolates da Nestlé, que é a maior empresa de produtos alimentares do mundo, estava a entrar em declínio de receitas, tendo vendido apenas cerca de 912 milhões de dólares em 2016.

O negócio marca, por isso, um desinvestimento nos cho-

colates por parte da Nestlé e um aumento do portfólio da Ferrero, que detém os chocolates Kinder, Ferrero Rocher, Nutella e os rebuçados Tic Tac. A confeitaria já tinha adquirido a Ferrara Candy em Dezembro.

Com o afastamento do negócio do chocolate nos EUA e, de acordo com a Bloomberg, graças a uma procura cada vez menor de produtos açucarados, a Nestlé pretende focar-se nas áreas do café (detém, entre outras marcas, a Nescafé e a Nespresso) e da comida para animais (Purina, Friskies).

Contudo, a empresa vai continuar a manter os produtos de confeitaria a nível global, que, em conjunto com a área dos pratos-preparados e dos gelados, representou cerca de 40% das vendas em 2017.

TUNISIA COM MILITARES NA RUA

Aumentos causam protestos

O governo da Tunísia colocou o exército nas ruas, para tentar controlar os protestos contra o aumento do custo de vida imposto pelo novo Orçamento. Foram detidas 300 pessoas só na noite do quarto dia de manifestações que se trans-

formaram em motins. No total, mais de 600 manifestantes foram presas.

Lembrando a 'Primavera Árabe', de 2011, "o povo quer a queda do regime", que serviu para derrubar Ben Ali, os manifestantes voltaram a gritar "o povo quer a queda do Orçamento".

O governo de unidade tunisino – que inclui partidos islamistas, seculares e independentes – alertou que os

protestos, que incluem pilhagens de supermercados e outros estabelecimentos, e nos quais foram já detidos combatentes do Daesh regressados ao país, são liderados por criminosos. O primeiro-ministro, Youssef Chahed, acusou o principal partido da oposição, a Frente Popular (esquerda, que apelou à manutenção da luta nas ruas), de "alimentar a instabilidade".



Ambiente

VÁRIAS CIDADES VÃO FICAR DEBAIXO DE ÁGUA ATÉ 2100

275 milhões desalojadas em todo o mundo

AQUECIMENTO GLOBAL. Daqui a pouco mais de 80 anos, a temperatura mundial deverá subir mais três graus. Os níveis médios de água do mar vão subir, inundar cidades e afectar milhões de pessoas.

Xangai, na China, é constituída por centenas de canais e hidrovias e atravessada por dois rios.



Até aos últimos meses, as negociações sobre as alterações climáticas giravam à volta de uma expectável subida da temperatura de dois graus até 2100. Mas a grande maioria dos estudos e projecções realizados no ano passado aponta para um número diferente: três graus. E se até 2100, a temperatura subir três graus, dezenas de cidades pelo mundo inteiro ficarão completamente submersas.

O 'The Guardian', citado pelo 'Observador', construiu um artigo interactivo em que apresenta algumas das cidades que se vão tornar 'Atlântidas' e estima que 275 milhões de pessoas vão ficar desalojadas.

Osaka, no Japão, é um dos

casos mais preocupantes. Com uma subida de temperatura de três graus, a principal cidade comercial japonesa praticamente desapareceria. A economia do país iria sofrer um tremendo rombo e um terço da população de Osaka ficaria sem casa. Tal como várias cidades japonesas, Osaka tem uma rede de barreiras marítimas e outras infra-estruturas costeiras para prevenir eventuais subidas do nível das águas do mar. Que podem não ser suficientes.

MEMORIZE

- Uma subida das águas em meio metro iria destruir também as praias de Alexandria, no Egipto, e deixar oito milhões de pessoas sem sítio para dormir.

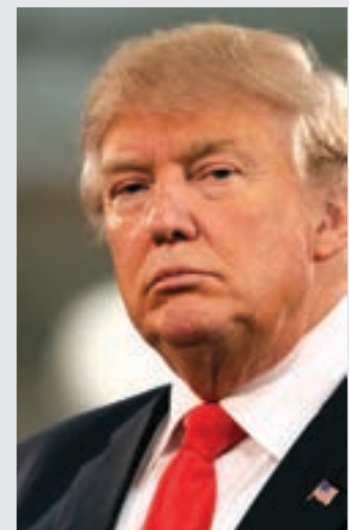
Uma subida das águas em meio metro iria destruir também as praias de Alexandria, no Egipto, e deixar oito milhões de pessoas sem sítio para dormir. Um aumento da temperatura mundial de três graus teria um impacto muito maior. Ainda assim, a maior parte dos egípcios não sabe o que são as alterações climáticas e não tem qualquer tipo de noção do risco que as suas cidades correm nas próximas décadas. Magdy Allam, líder do sindicato dos especialistas ambien-

17,5

Milhões de chineses desapareceriam com o aumento da temperatura.

tais árabes, cita um muro construído em 1830 e blocos de cimento como os principais meios de defesa do país.

Mas os desastres iminentes em Osaka e Alexandria não se comparam à magnitude daquele que pode acontecer em Xangai, na China. A cidade piscatória tem o rio Yangtze numa fronteira e é dividida ao meio pelo rio Huangpu; além disso, é constituída por várias ilhas, duas longas linhas costeiras, portos e vários quilómetros de canais e hidrovias. Se a temperatura subir três graus, Xangai desaparece. E leva consigo 17,5 milhões de chineses. Considerada, desde 2012, a cidade mais vulnerável às alterações climáticas, tem debaixo de si o maior sistema de drenagem em toda a China: são 15 quilómetros de tubos que absorvem a água numa área de 58 quilómetros quadrados.



EUA

Trump repensa Acordo de Paris

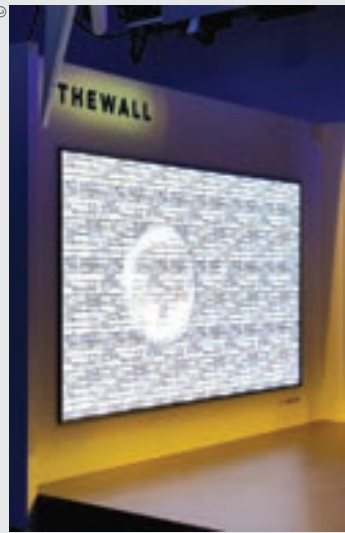
Depois de, no ano passado, ter anunciado a saída dos EUA do Acordo de Paris, o presidente norte-americano, Donald Trump, diz agora que é possível "retornar".

Donald Trump admitiu, na passada semana, que, "em teoria", os EUA podem retornar ao Acordo de Paris sobre a redução das emissões de dióxido de carbono a partir de 2020. "O Acordo de Paris, tal como assinámos, era muito injusto para os Estados Unidos", disse.

Assinado a 12 de Dezembro de 2015 por 196 países, entre os quais os Estados Unidos, o Acordo de Paris é um compromisso considerado "histórico", com o principal objectivo de conter o aquecimento global do planeta.

No verão de 2017, a Administração de Donald Trump anunciou a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris.

Educação & Tecnologia



DE 146 POLEGADAS

Samsung lança TV modular

A Samsung apresentou, na passada semana, na CES 2018, a maior feira de tecnologia do mundo, a 'The Wall', uma televisão modular que pode ser montada como se fosse Lego. Em vez de painéis coloridas, o que se encaixa são painéis de LED. Para exibir a tecnologia, a fabricante montou uma TV com tela de 146 polegadas para ser grande o suficiente a ponto de conseguir forrar uma parede, daí o apelido de 'The Wall' (parede ou muro, em inglês).

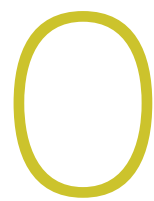
A Samsung não revelou quantos painéis foram usados. A junção é tão imperceptível, que a televisão poderia enganar os distraídos.

Outra novidade é que essas telas menores são feitas com uma evolução do LED, micro-LED. Os díodos emissores de luz que compõem os aparelhos de LED foram transformados em partículas minúsculas, que se acendem sem precisar de um suporte eléctrico atrás da tela que fornece energia constantemente. Isso torna a tela fina e é o segredo de muitas TV de LED para ter pequenas espessuras. A Samsung, no entanto, ainda não explicou como faz para os pontos de microLED receberem energia.

RESPONSÁVEL DO ENSINO PARTICULAR ADMITE SUBIDAS "IRREGULARES"

INADEC proíbe aumentos de taxas acima dos 50% das propinas

ENSINO. Colégios que incorreram em cobranças não autorizadas vão ser obrigados a restituir os valores aos lesados. Associação do Ensino Particular exige regulamentação e balizas para as propinas.



Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) alertou os colégios a não cobra-

rem taxas de matrículas e confirmação de matrículas em montantes superiores a 50% do valor da propina e a não aumentarem as tarifas no presente ano lectivo.

Segundo a instituição, a medida surge na sequência do incumprimento da Lei de Defesa do Consumidor (lei 15/03, de 22 de Julho) por parte de algumas instituições de ensino particulares, que procederam ao aumento de propinas e matrículas sem a autorização dos Ministérios da Educação e das Finanças, nem o beneplácito dos encarregados de educação e da Associação Nacional do Ensino Particular (ANEP).

Segundo o INADEC, as mesmas instituições procederam, em 2017, à cobrança para matrículas e confirmação acima de 50% da mensalidade, o que viola o Decreto Presidencial nº 206/11, de 29 de Junho, que aprova as Bases Gerais para a Organização do Sistema Nacional de Preços.

"O aumento das tarifas nas instituições de ensino privado, sem autorização das entidades competentes, constitui violação dos direitos à informação e protecção dos interesses económicos do consumidor, consagrados na Lei de Defesa do Consumidor", lê-se na nota do INADEC a que a Angop teve acesso, que avisa que as instituições privadas de ensino que violaram a lei deverão restituir os valores cobrados aos encarregados de educação.



Alunos em aulas numa escola do ensino particular, em Luanda

ANEP PEDE LEGISLAÇÃO

As instituições do ensino particulares que aumentarem os valores das propinas e de outros emolumentos "não estarão à margem da lei" por não existir uma regulamentação da lei sobre a matéria. Esta posição é defendida pelo presidente da Associação do Ensino Particular (ANEP), António Pacavira, que, em declarações ao VALOR,

reiterou que as escolas particulares têm a legitimidade de fazer os ajustes necessários desde que se cumpram com os procedimentos administrativos.

"Para ajustar as propinas, os colégios devem reunir com os pais para explicar as razões do aumento e, depois, apresentar a proposta ao Ministério da Educação (MED), órgão que deve autorizar, ou não, o

MEMORIZE

● Angola conta actualmente com perto de 1.500 escolas particulares que empregam mais de 35.000 funcionários e albergam mais de um milhão de alunos do pré-escolar ao ensino médio.

35

Mil, número de funcionários no ensino particular.

aumento", esclareceu o responsável, que admite, no entanto, que muitos colégios aumentaram o valor das propinas sem terem enviado qualquer documento ao MED.

O líder da ANEP acredita que esta situação de "clivagem social" vivida entre colégios e encarregados de educação só acontece por não existir uma regulamentação da Lei de Bases do Ensino (nº 17/2016), que remete os colégios para o regime de preços vigiados. "O MED não dispõe de um documento que regula, por exemplo, as balizas de propinas que os colégios das diferentes classes devem cobrar. Falta regulamentação", remata António Pacavira.

Angola conta actualmente com perto de 1.500 escolas particulares que empregam mais de 35.000 funcionários e albergam mais de um milhão de alunos do pré-escolar ao ensino médio.

Os colégios estão organizados em três classes (A, B e C) e que cobram uma propina mensal que varia entre os 3.000 kwanzas e os 40.000 kwanzas.

Marcas & Estilos

Colecções obrigatórias

Quem, melhor do que os franceses, poderia ressaltar com 'glamour' e elegância a beleza e a auto-estima de uma dama? Os calçados da Robert Clergerie, feitos com material natural e tecidos com palha trabalhada, são o exemplo acabado do que as senhoras deviam ter na sua colecção.

Belas vistas

Refinado, clássico e com proporções requintadas, os óculos da Harris, fabricados em Itália, foram concebidos de forma a combinar o aro de aço e longo inox para unir o compromisso do bem-fazer.

Para registos eternos

Determinada a sacudir a indústria fotográfica, a Hasselblad reservou o primeiro lugar para a câmara X1D-50c de formato médio digital. Capta a imagem com um sensor de 50 MP para que nenhum momento da sua história seja destorcido.

A história do tempo

O que difere este Rolex – o Everrose Gold Yacht-Master – dos até agora concebidos é o facto de, além de lhe proporcionar, a todo o tempo, o tempo certo, nunca lhe dar a sensação de o tempo passar. E não diz apenas o tempo, conta-lhe a história.

A dedos da meia-lua

Devidamente desenhada em Portugal, a bolsa A.P.C de couro polido em preto, alça de ombro ajustável, garante a segurança e o conforto para transportar consigo os objectos de forma discreta. O formato sugere-lhe a meia-lua ao alcance dos seus dedos.

Novidades acústicas

Os bons ouvidos não deixarão escapar que a guitarra – SLG200S – silenciosa da Yamaha foi desenvolvida para permitir que os guitarristas toquem em qualquer lugar sem quaisquer limitações. O alimentado SRT é um novo sistema projectado para recriar a ressonância do corpo de uma guitarra acústica.

TURISMO

Espaço Luanda, requinte no paladar

Este é um dos mais concorridos restaurantes de Luanda, conhecido principalmente pela sua forte oferta de carne de alta qualidade. Aberto há cinco anos, é precisamente nesta carne que está o grande trunfo do Espaço Luanda. Entre as suas escolhas, tem cortes conhecidos, como o 'fillet mignon', entrecosto, acém, alcatra, o famoso 't-bone' e o 'ribeye', bem como carne maturada, como a vazia. A carne pode ser grelhada na brasa ou frita, servida com ou sem molho, ou mesmo grelhada na pedra em frente de si. A picanha na pedra é um dos seus pratos mais requisitados. Uma das mais recentes novidades é o 'fondue', que lhe oferece a oportunidade de cozinhar a sua carne no tacho.



AUTOMÓVEL

Ford Edge, um capricho merecido

Além do visual actualizado, a Ford terá, pela primeira vez, a versão desportiva ST, com um motor V6 biturbo de 2.7 litros de 340 cavalos, uma tracção integral e oito velocidades.

Além de mais forte, o Edge ST terá visual próprio, com grade em forma de colmeia e acabamento em preto brilhante, rodas escuras e bancos desportivos. A calibragem da suspensão também é mais trabalhada.

O Edge 2019 segue o estilo já adoptado por outros modelos da marca, como Fiesta e Mustang. Os faróis mudaram de forma, enquanto a grade está mais larga e baixa. A sensação é de que a dianteira ficou mais alta.

A Ford caprichou no pacote de itens de segurança do Edge. Entre os equipamentos, há alerta de colisão frontal, travão automático de emergência e assistência pré-colisão com detecção de peões.



AGENDA

LUANDA

ATÉ 28 DE JANEIRO

5ª. Edição do programa de férias 'Oficinas & Letras', no Memorial Agostinho Neto, em que será explorada a identidade da etnia Tchokwe, usos e tradições.

ATÉ 29 DE JANEIRO

Exposição colectiva com os artistas plásticos Bolondo, Fernando Lucano, Júlio Madika, Jardel Selele, Kabu e outros, na Galeria Tamar Golan. Entradas livres.

16 DE JANEIRO

Lançamento do livro 'O que deves saber antes de entrar para a universidade', de Mara Kiassekoka, no Centro Cultural Português, às 18:30. Custo do livro: 2.000 kwanzas.

25 DE JANEIRO

Espectáculo de dança clássica indiana 'Kathak', com Surabhi Singh, no Centro Cultural Brasil-Angola. A partir das 18h:30. Entradas livres.

27 DE JANEIRO

Kaluanda Fest 'Concerto Cantar Luanda', com Anabela Aya, Toty Sa'med, Sandra Cordeiro, Irina Vasconcelos, Dino Ferraz e Gari Sinedima, no Palácio de Ferro. A partir das 20 horas.

“Um grupo de carnaval é diferente de um grupo de dança, pois tem de se ter em conta a logística para albergar mais de 300 pessoas.”

ANTÓNIO DE OLIVEIRA, SECRETÁRIO-GERAL DA ASSOCIAÇÃO PROVINCIAL DO CARNAVAL DE LUANDA 'APROCAL'

“É preciso rentabilizar o Carnaval”

CULTURA. 170

Milhões de kwanzas é o valor estipulado para a edição deste ano do Carnaval de Luanda, mas o organizador não está satisfeito. O Ministério da Cultura participa apenas com 25%, o resto depende dos patrocinadores.

Por Amélia Santos

Em 2016, o orçamento do entrudo foi de 140 milhões de kwanzas. Nesta edição, estão previstos 170 milhões. É satisfatório?

Não! O Carnaval de Luanda cresceu muito e implica meios financeiros. Este ano, temos um orçamento de 170 milhões de kwanzas, o que não é suficiente tendo em conta que temos feito atenuações de subsídios aos grupos na ordem de 700, 500 e 300 mil kwanzas para as classes A, B e infantil.

É justo o valor atribuído aos grupos?

Não é o mais justo, mas é o real. Esses subsídios já não se justificam. Seria bom se pudéssemos fazer a entrega de um milhão e 500 mil para a classe A, um milhão e 200 mil para a B e um milhão de kwanzas para a Infantil. Estamos a trabalhar com os nossos parceiros, os patrocinadores, GPL e Ministério da Cultura (Mincult), para conseguirmos esses valores.

A subvenção aos grupos é da responsabilidade do Mincult ou só o faz por falta de patrocínios?

Não é uma obrigação. Seria quase obrigação se estivesse a funcionar a Lei do Mecenato. Mas há empresas que se identificam com a cultura angolana e apostam no Carnaval. Hoje temos patrocinadores tradicionais.

São suficientes?

O problema não é termos muitos patrocinadores, mas sim patrocinadores com valores mais altos. Porque se hoje entregarmos a área de 'marketing' a um só patrocinador, ele é capaz de assumir o Carnaval à volta de 50% a 70%. Queremos encontrar patrocinadores bons e fortes.

O Carnaval está entre as prioridades do Mincult?

Somos um órgão da sociedade e parceiros do Mincult. A nossa missão é fazer com que as coisas aconteçam antes. Estamos a trabalhar nesta vertente, tem sido difícil. Uma novidade é que os nossos associados criaram um órgão de valorização do carnaval.

De onde provêm as verbas?

75% é dos patrocinadores, 25% do Mincult. Não se altera muito o quadro de grupos todos os anos. Porque são quase sempre 15 para cada classe.

Como os grupos podem atrair patrocinadores?

Os grupos devem encontrar patrocinadores e padrinhos directos. Mas, muitas vezes, os patrocinadores questionam porque fazem um investimento de sete milhões de kwanzas e consegue reaver três, o que não compensa. Os grupos devem criar políticas de rentabilização financeira. Têm de ter vida cultural durante o ano todo.

Os grupos têm tido essa vida cultural?

Em Angola, há os produtores culturais e os artistas. Os artistas dependem dos produtores que não têm sensibilidade em convidar os grupos. É capaz de um grupo realizar apenas duas actividades anuais.

O atraso na entrega de valores afecta o desempenho dos grupos?

Sim! Há coisas que ficam a depender. A entrega de valores tinha de começar a ser feita a partir de Setembro/Outubro. Isso porque o nosso mercado é muito fixo. Se for antecipado, por exemplo, podem pagar cada peça a mil kwanzas, mas se estiverem em cima da hora, pode custar até 1.500 kwanzas.



Mário Mujetes © VE

PERFIL

Secretário-geral da Aprocal há cinco anos, António Francisco de Oliveira 'Delon', de 57 anos, natural de Luanda, é também actor e encenador. Ainda é do tempo do 'Carnaval da vitória', que contou com a presença do primeiro presidente, António Agostinho Neto. Há 40 anos que participa na festa.

Está a estudar outras formas para motivar os grupos?

Sim, este ano vamos realizar 'workshops', em que um dos itens é a vertente económica do Carnaval. Vamos encontrar prelectores que nos possam ajudar no que é a rentabilização do nosso Carnaval.

Estamos na 40.ª edição do Carnaval, desde o 'Carnaval da vitória'. É possível fazer comparações?

Há muita coisa diferente. Cada edição tem novos elementos. Em 1978, grupos como Kabokomeu, Mundo da Ilha e Kiela a sua composição tinham 50 a 70 pessoas e as alegorias eram carros-de-mão para simbolizar o operário. Hoje, os grupos são compostos por aproximadamente 800 pessoas. E as temáticas antigamente eram mais viradas para a política, hoje o Carnaval está mais aberto, há mais criatividade e liberdade. É mais moderno, mas com a essência da tradição.

Hoje ainda se comemora a quarta-feira das Mabangas?

Hoje já não tem uma presença muito visível. Era tida como a ressaca do Carnaval, em que cada um dos gru-

pos saía à rua a dançar e recebia ofertas dos mercados. Hoje a realidade é bem diferente e quem mais contribuía eram comerciantes. Mas os grupos mais tradicionais e antigos como o Kiela, Mundo da Ilha, 54 e Kabokomeu, mais virados para o litoral, ainda fazem. É uma festa mais de Luanda.

Os grupos têm reclamado os resultados. São justas as reclamações?

Todos os que participam no concurso querem estar no pódio e quando isso não acontece, o primeiro alvo a abater é o júri. Também é justo que os grupos façam apreciações muito correctas dos sete itens em avaliação: canção, dança, alegoria, corte, comandante, bandeira, falange de apoio. O júri é composto por 21 elementos. Pode haver falha num ou noutro, mas é impossível que os 21 estejam enganados. Os nomes do júri só são revelados uma semana antes do desfile.

Qual é a grande novidade desta edição?

Os grupos estão apostados em fazer uma homenagem ao Presidente João Lourenço.

Conta com a participação de outras províncias?

Não será possível. Um grupo de carnaval é diferente de um grupo de dança, pois tem de se ter em conta a logística para albergar mais de 300 pessoas. Estaríamos a desfalar o Carnaval da província convidada, porque teria de vir o melhor grupo. É um projecto que o Mincult está a tentar implementar. Já tentámos outros anos, mas não funcionou!

Mas a ministra já se pronunciou...

Estamos a aguardar. Os grupos em Luanda ainda não receberam os subsídios de apoio quanto mais de âmbito nacional...

Como está a organização do Carnaval?

Temos estado a receber sugestões. Estamos a estudar outros modelos de Carnaval, como mudar o horário para as 18 horas e terminar de manhã.

NÚMEROS DA SEMANA

1,6%

É a previsão de crescimento que os peritos do Banco Mundial perspectivam para Angola este ano, no relatório sobre 'Perspectivas Económicas Globais', divulgado a semana passada.

10

Milhões de kwanzas é o valor que a fazenda do Estado Sacassange deve aos fornecedores de produtos e trabalhadores, declarou o chefe de recursos humanos do projecto, Pedro Branco.

85

Milhões de kwanzas é o montante que a Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) vai investir em Malanje, este ano, em projectos rurais, anunciou o director local da organização, Fernando Santos.

21,1%

Foi a proporção do total de vendas no exterior de produtos agrícolas nacionais, no terceiro trimestre do ano passado, revela o Instituto Nacional de Estatística (INE).

VISITA DE ALGUMAS HORAS

Presidente do Zimbábue em Luanda



A transição política e democrática, ocorrida recentemente no Zimbábue, trouxe a Luanda o presidente Emmerson Mnagagwa, para informar o chefe de Estado angolano sobre a situação

política prevalecte naquele Estado membro da SADC, depois do afastamento de Robert Mugabe.

Na qualidade de presidente do órgão de política, defesa e segurança

da SADC, João Lourenço analisou, com o homólogo zimbabueano, a preparação das eleições presidenciais, com vista a legitimar a transição no Zimbábue.

Em declarações à imprensa, o estadista zimbabueano sublinhou que veio para "informar sobre a transição humilde e pacífica que aconteceu recentemente no Zimbábue e que resultou na resignação do nosso ex-presidente, que se demitiu depois de algumas demonstrações do nosso povo, que exigiu mudanças".

Emmerson Mnagagwa informou também que, como resultado do encontro, ficou acordado que ambos os Estados devem "melhorar a cooperação bilateral" e anunciou a realização de uma reunião da comissão conjunta para promover relação principalmente na área económica.

NA SONANGOL

Moco e Lopo para "melhorar a imagem do país"

O Presidente da República deu posse, na última sexta-feira, aos novos administradores não-executivos da Sonangol, Marcolino Moco e Lopo do Nascimento. Os históricos dirigentes do MPLA, antigos primeiros-ministros, juntaram-se à administração liderada por Carlos Saturnino, com a indicação de contribuírem para "a melhoria da imagem do país interna e externamente", como crê João Lourenço.

A nomeação dos dois históricos do partido no poder foi questionada por vários segmentos da sociedade, críticas que o Presidente da República minimizou com o argumento de que Moco e Nascimento são "figuras de referência em Angola".

Além de ter sido primeiro-ministro, Marcolino Moco, nascido no Huambo, foi secretário-executivo da CPLP. Lopo do Nascimento, por sua vez, foi o primeiro a dirigir um governo nacional após à independência e hoje é empresário ligado a diversas áreas de negócios.

Tomou ainda posse Francisca Massango de Brito como directora-geral da Unidade de Informação Financeira.

CRÉDITOS FORAM CONCEDIDOS EM 2012

BUE tenta recuperar malparado



Vários empreendedores que solicitaram crédito ao Balcão Único do Empreendedor (BUE), no Huambo, devem 986,4 milhões de kwanzas, revelou a responsável da instituição, Maria da Conceição Katuvala.

Os créditos foram concedidos

entre 2012 e 2013, a 1.680 empreendedores, mas apenas 140 solicitantes pagaram. A dívida chegou a atingir os mil milhões de kwanzas, tendo sido reembolsados apenas 100,8 milhões de kwanzas.

Aos devedores, Maria da Con-

ceição Katuvala apelou a honrarem o compromisso, evitando que a situação seja resolvida nos tribunais e com consequências graves para os incumpridores, lembrando que, quando da celebração dos contratos de financiamento, estes assinaram termos de responsabilidade.

O BUE é uma iniciativa do Governo que visava a formalização dos micro e pequenos negócios no país. Embora não seja um programa de financiamento, o acto de formalização e o credenciamento no negócio, junto do INAPEM poderia resultar, após a aprovação, num crédito máximo de 700 mil kwanzas. O programa custou ao Estado, na primeira fase cerca de 20 milhões de dólares.

O VALOR ESTA SEMANA

EURO PASSA A MOEDA DE CÂMBIO 'Despedida' oficial do dólar

O Banco Nacional de Angola substituiu finalmente o dólar pelo euro, como moeda de referência para todas as transacções cambiais realizadas no mercado formal. A troca surge vários anos após o 'desaparecimento' do dólar da economia nacional, em consequência da crise e da saída dos bancos correspondentes. Pág. 16



VENDAS AO EXTERIOR Novas regras na madeira

O Ministério da Agricultura e Florestas anunciou que, a partir de Maio, a venda de madeira para o exterior ficará condicionada à apresentação prévia do pagamento pelo importador. As novas regras são aplicadas, entre outros, com o objectivo de se diversificar as fontes de divisas. Pág. 12

EM FEVEREIRO MS cresce 9 por cento

O grupo MS, liderado pelo empresário Moniz Silva, viu a facturação crescer, em 2017, 9% para os 12 mil milhões de kwanzas, números "acima da média do mercado". O grupo prevê, para este ano, a expansão para mais províncias, além das quatro onde já tem instaladas 12 farmácias. Pág. 19